

ANEXO I: CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATOS DE FORNECIMENTO FINANCIADO PELA UNIÃO EUROPEIA OU DO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO

Disposições Preliminares	1
ARTIGO 1. DEFINIÇÕES	1
ARTIGO 2. LÍNGUA DO CONTRATO	1
ARTIGO 3. ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS	1
ARTIGO 4. COMUNICAÇÕES.....	2
ARTIGO 5. CESSÃO	4
ARTIGO 6. SUBCONTRATAÇÃO	5
OBRIGAÇÕES DA AUTORIDADE CONTRATANTE	6
ARTIGO 7. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS.....	6
ARTIGO 8 ASSISTÊNCIA COM OS REGULAMENTOS LOCAIS	6
OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	7
ARTIGO 9. OBRIGAÇÕES GERAIS	7
ARTIGO 10. ORIGEM.....	11
ARTIGO 11. GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	12
ARTIGO 12. RESPONSABILIDADES E SEGUROS.....	13
ARTIGO 13. PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS TAREAS	16
ARTIGO 14. DESENHOS DO CONTRATANTE	16
ARTIGO 15. SUFICIÊNCIA DOS PREÇOS DAS PROPOSTAS	17
ARTIGO 16. REGIME FISCAL E ADUANEIRO	18
ARTIGO 17 PATENTES E LICENÇAS.....	18
EXECUÇÃO DAS TAREAS E ATRASOS	19
ARTIGO 18. ORDEM DE ENTREGA.....	19
ARTIGO 19. PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS	19
ARTIGO 20. PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS	20
ARTIGO 21. ATRASOS NA EXECUÇÃO DAS TAREFAS	21
ARTIGO 22. ALTERAÇÕES	21

ARTIGO 23. SUSPENSÃO	23
MATERIAIS E ACABAMENTO	25
ARTIGO 24. QUALIDADE DOS FORNECIMENTOS.....	25
ARTIGO 25. INSPEÇÃO E ENSAIO	25
ARTIGO 26. PRINCÍPIOS GERAIS	27
ARTIGO 27. PAGAMENTO A TERCEIROS	30
ARTIGO 28. PAGAMENTOS ATRASADOS	30
ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO.....	30
ARTIGO 29. ENTREGA.....	31
ARTIGO 30. OPERAÇÕES DE VERIFICAÇÃO	31
ARTIGO 31. ACEITAÇÃO PROVISÓRIA.....	32
ARTIGO 32. OBRIGAÇÕES DE GARANTIA	33
ARTIGO 33. SERVIÇO PÓS-VENDA.....	34
ARTIGO 34. ACEITAÇÃO FINAL	35
ARTIGO 35. VIOLAÇÃO DO CONTRATO.....	35
ARTIGO 36. RESCISÃO POR PARTE DA AUTORIDADE CONTRATANTE.....	36
ARTIGO 37. RESCISÃO PELO CONTRATANTE	39
ARTIGO 38. FORÇA MAIOR.....	40
ARTIGO 39. MORTE	41
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEI APLICÁVEL	41
ARTIGO 40. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	41
ARTIGO 41. LEI APLICÁVEL	42
DISPOSIÇÕES FINAIS	42
ARTIGO 42. DECISÕES ADMINISTRATIVAS	42
ARTIGO 43. VERIFICAÇÕES, CONTROLOS E AUDITORIAS POR ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA	43
ARTIGO 44. PROTEÇÃO DE DADOS	44

Disposições Preliminares

ARTIGO 1. DEFINIÇÕES

1.1 Os títulos e subtítulos das presentes condições gerais não devem ser considerados parte integrante das mesmas nem ser tidos em consideração na interpretação do contrato.

1.2 Quando o contexto o permitir, as palavras no singular devem ser consideradas como incluindo o plural e vice-versa, e as palavras no masculino devem ser consideradas como incluindo o feminino e vice-versa.

1.3 As palavras que designam pessoas ou partes incluirão empresas e sociedades e qualquer organização com capacidade jurídica.

1.4 As definições dos termos utilizados ao longo das presentes condições gerais estão estabelecidas no «Glossário de termos», Anexo A1a do guia prático, que faz parte integrante do contrato.

ARTIGO 2. LÍNGUA DO CONTRATO

2.1 A língua do contrato e de todas as comunicações entre o empreiteiro, a entidade adjudicante e o gestor do projeto ou os seus representantes será a indicada nas condições especiais.

ARTIGO 3. ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS

3.1 A ordem de precedência dos documentos contratuais será indicada no contrato.

ARTIGO 4. COMUNICAÇÕES

4.1 Qualquer comunicação escrita relacionada com o presente contrato entre a entidade adjudicante ou o gestor do projeto e o contratante deve ser redigida na língua do contrato e indicar o título e o número de identificação do contrato.

A comunicação entre as partes pode ser feita:

- por meios eletrónicos, através de um sistema de intercâmbio eletrónico, em conformidade com o disposto no artigo 4.4,
- por meios eletrónicos, através de correio eletrónico, em conformidade com o disposto no artigo 4.5,
- em papel, por correio - por serviço de correio expresso com aviso de receção ou por correio registado com aviso de receção, em conformidade com o disposto no artigo 4.6.

As regras específicas relativas ao momento em que as notificações formais são consideradas recebidas são previstas nos artigos 4.4.2, 4.5.2 e 4.6.2. abaixo.

Os dados de contacto a utilizar para todas as comunicações entre as partes são indicados no artigo 4.º das condições especiais.

4.2 Sempre que o contrato preveja a emissão ou emissão de qualquer notificação, consentimento, aprovação, certificado ou decisão, salvo indicação em contrário, tal notificação, consentimento, aprovação, certificado ou decisão deve ser feito por escrito e as palavras «notificar», «consentir», «certificar», «aprovar» ou «decidir» devem ser interpretadas em conformidade. Qualquer consentimento, aprovação, certificado ou decisão não poderá ser recusado ou adiado sem motivo válido.

4.3 Quaisquer instruções ou ordens verbais deverão ser confirmadas por escrito.

4.4 Comunicação através do sistema de troca eletrónica (EES)

A entidade adjudicante pode utilizar um EES para todas as trocas com o contratante durante a execução do contrato.

Se a comunicação através do EES for impedida por fatores alheios ao controlo de uma das partes, incluindo problemas técnicos, a parte que primeiro descobrir o impedimento deve notificar imediatamente a outra parte e as partes devem tomar as medidas necessárias para restabelecer essa comunicação através do EES. Após essa notificação, as partes devem utilizar meios de comunicação alternativos até que a comunicação através do sistema de troca eletrónica seja restabelecida. As disposições aplicáveis aos meios de comunicação alternativos são descritas nos artigos 4.5 e 4.6 abaixo.

Se o EES estiver temporariamente indisponível, a parte remetente não pode ser considerada em incumprimento da sua obrigação de enviar uma comunicação dentro de um prazo especificado. Em qualquer caso, por razões relacionadas com a continuidade das atividades, a entidade adjudicante reserva-se o direito de utilizar meios alternativos de comunicação a qualquer momento.

4.4.1 Data da comunicação através do sistema de intercâmbio eletrónico para notificações que não sejam formais

As notificações através do EES são geralmente consideradas como tendo sido feitas quando são enviadas pela parte remetente (ou seja, na data e hora em que são enviadas através do EES), conforme indicado pelos registos de tempo.

4.4.2 Data de comunicação através do sistema de intercâmbio eletrónico para notificações formais

A data de receção das notificações formais feitas através do EES será a data e hora em que a comunicação for acedida, conforme indicado pelos registos de tempo. As notificações formais que não forem acedidas no prazo de 10 dias após o envio serão consideradas como tendo sido acedidas.

4.5 Comunicação por e-mail

Ao comunicarem por e-mail, as partes devem enviar as suas mensagens para os endereços de e-mail indicados no artigo 2.º das condições especiais.

4.5.1 Data das comunicações por e-mail para outras comunicações que não sejam notificações formais

Sem prejuízo do disposto no artigo 4.5.2. abaixo e no ponto 31.3 do anexo I do RF, as notificações por e-mail são geralmente consideradas como tendo sido feitas e o e-mail é considerado como tendo sido recebido pela parte destinatária na data de envio desse e-mail, se for enviado para o endereço de e-mail indicado no artigo 2.º das condições especiais e não tiver características que possam razoavelmente impedir a sua entrega adequada (tais como o envio de e-mails extremamente volumosos que podem ser bloqueados devido ao seu tamanho ou e-mails que contenham elementos que a maioria dos filtros de spam bloquearia). A parte remetente deve ser capaz de comprovar a data de envio. Se a parte remetente enviar o e-mail para o endereço de e-mail indicado no Artigo 2 das condições especiais e receber um relatório de não entrega, ela deve envidar todos os esforços razoáveis para garantir que a outra parte receba a comunicação.

4.5.2 Data das comunicações por e-mail para notificações formais

As notificações formais por e-mail são consideradas recebidas na data do envio de um e-mail de resposta reconhecendo expressa ou implicitamente o recebimento. Caso tal e-mail não seja recebido pela parte que enviou a notificação formal no prazo de 10 dias, a notificação formal deve ser reenviada por serviço de correio com comprovativo de entrega ou correio registado (ver Artigo 4.6.2 abaixo).

4.6 Comunicação por correio

Como regra geral, o correio é utilizado a título excecional para notificações formais e como meio alternativo de comunicação quando os outros meios não estão disponíveis.

Ao comunicarem por correio, as partes devem enviar as suas cartas para os endereços postais indicados no artigo 2.º das condições especiais.

4.6.1 Data das comunicações por correio para além das notificações formais

Sem prejuízo do artigo 116.º do Regulamento Financeiro, as notificações por correio são geralmente consideradas como tendo sido feitas na data da sua receção pela parte destinatária.

A parte destinatária não pode invocar a sua própria recusa em ser informada da comunicação para a tornar ineficaz.

As faturas enviadas à entidade adjudicante por correio são consideradas recebidas na data em que são registadas pelo serviço competente do gestor orçamental responsável.

4.6.2 Data das comunicações por correio para notificações formais

As notificações formais por serviço de correio com aviso de receção são consideradas como tendo sido recebidas na data indicada no aviso de receção. As notificações formais por correio registado com aviso de receção são consideradas como tendo sido recebidas na data de entrega registada pelo serviço postal ou no prazo para levantamento na estação de correios.

ARTIGO 5. CESSÃO

5.1 Uma cessão só será válida se for um acordo escrito pelo qual o contratante transfere o seu contrato ou parte dele para um terceiro.

5.2 O contratante não poderá, sem o consentimento prévio da entidade adjudicante, ceder o contrato ou qualquer parte dele, ou qualquer benefício ou interesse dele decorrente, exceto nos seguintes casos:

a) uma cobrança, em favor dos banqueiros do contratante, de quaisquer montantes devidos ou a vencer ao abrigo do contrato; ou

b) a cessão às seguradoras do contratante do direito deste de obter indemnização contra qualquer outra pessoa responsável nos casos em que as seguradoras tenham indemnizado o contratante pela sua perda ou responsabilidade.

5.3 Para efeitos do artigo 5.º, n.º 2, a aprovação de uma cessão pela entidade adjudicante não dispensa o contratante das suas obrigações relativamente à parte do contrato já executada ou à parte não cedida.

5.4 Se o contratante tiver cedido o contrato sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem aviso prévio, aplicar de pleno direito a sanção por incumprimento do contrato prevista nos artigos 35.º e 36.º. Assim, o cedente continuará a ser solidariamente responsável com o decessário perante a entidade adjudicante.

5.5 Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato e não podem ser abrangidos pelos critérios de exclusão descritos no caderno de encargos.

ARTIGO 6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1 A subcontratação só é válida se for um acordo escrito pelo qual o contratante confia a execução de uma parte do contrato a um terceiro.

6.2 O contratante deve solicitar à entidade adjudicante a autorização para subcontratar. O pedido deve indicar os elementos do contrato a subcontratar e a identidade dos subcontratantes. A entidade adjudicante deve notificar o contratante da sua decisão no prazo de 30 dias a contar da receção do pedido, indicando os motivos caso recuse a autorização.

6.3 Os subcontratantes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato. Não podem estar abrangidos pelos critérios de exclusão descritos no caderno de encargos e o contratante deve assegurar-se de que não estão sujeitos a medidas restritivas da UE.

6.4 Nenhuma subcontratação cria relações contratuais entre qualquer subcontratante e a entidade adjudicante.

6.5 O contratante será responsável pelos atos, incumprimentos e negligências dos seus subcontratantes e dos seus agentes ou funcionários, como se fossem atos, incumprimentos ou negligências do contratante, dos seus agentes ou funcionários. A aprovação pela entidade adjudicante da subcontratação de qualquer parte do contrato ou do subcontratante para executar qualquer parte das tarefas não isenta o contratante de nenhuma das suas obrigações nos termos do contrato.

6.6 Se um subcontratante tiver assumido qualquer obrigação contínua que se prolongue por um período superior ao do período de garantia previsto no contrato em relação ao contratante no que diz respeito aos fornecimentos prestados pelo subcontratante, o contratante deve, a qualquer momento após o termo do período de garantia, transferir imediatamente para a entidade adjudicante, a pedido e a expensas desta, o benefício dessa obrigação pelo período de vigência restante da mesma.

6.7 Se o contratante celebrar um subcontrato sem aprovação, a entidade adjudicante pode, sem aviso prévio formal, aplicar de pleno direito a sanção por incumprimento do contrato prevista nos artigos 35.º e 36.º.

6.8 Se a entidade adjudicante ou o gestor do projeto considerarem que um subcontratante é incompetente no desempenho das suas funções, a entidade adjudicante ou o gestor do projeto podem solicitar ao contratante que, imediatamente, apresente um subcontratante com qualificações e experiência aceitáveis para a entidade adjudicante como substituto, ou que retome a execução das tarefas. O contratante suporta os custos dessa substituição.

OBRIGAÇÕES DA AUTORIDADE CONTRATANTE

ARTIGO 7. FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS

7.1 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato, a entidade adjudicante fornecerá ao empreiteiro, a título gratuito, uma cópia dos desenhos preparados para a execução das tarefas e uma cópia das especificações e outros documentos do contrato. O empreiteiro pode adquirir cópias adicionais desses desenhos, especificações e outros documentos, na medida em que estejam disponíveis. Após a aceitação final, o empreiteiro devolverá à entidade adjudicante todos os desenhos, especificações e outros documentos contratuais.

7.2 A entidade adjudicante cooperará com o empreiteiro para fornecer as informações que este possa razoavelmente solicitar para a execução do contrato.

7.3 A entidade adjudicante deve notificar o empreiteiro do nome e endereço do gestor do projeto.

7.4 A menos que seja necessário para os fins do contrato, os desenhos, especificações e outros documentos fornecidos pela entidade adjudicante não devem ser utilizados ou comunicados a terceiros pelo empreiteiro sem o consentimento prévio da entidade adjudicante.

7.5 O gestor do projeto terá autoridade para emitir ao empreiteiro ordens administrativas que incorporem os documentos e instruções suplementares necessários para a boa execução do contrato e a correção de quaisquer defeitos nele existentes.

7.6 As condições especiais devem indicar o procedimento utilizado, se necessário, pela entidade adjudicante e pelo gestor do projeto para aprovar os desenhos e outros documentos fornecidos pelo empreiteiro.

ARTIGO 8 ASSISTÊNCIA COM OS REGULAMENTOS LOCAIS

8.1 O empreiteiro pode solicitar a assistência da autoridade contratante na obtenção de cópias de leis, regulamentos e informações sobre costumes locais, ordens ou regulamentos do país onde os fornecimentos devem ser entregues e que possam afetar o empreiteiro no desempenho das suas obrigações decorrentes do contrato. A entidade adjudicante pode prestar a assistência solicitada ao contratante, a expensas deste.

8.2 O contratante deve notificar devidamente a entidade adjudicante dos detalhes dos fornecimentos, para que esta possa obter as autorizações ou licenças de importação necessárias.

8.3 A entidade adjudicante compromete-se a obter, em conformidade com as condições especiais, as autorizações ou licenças de importação necessárias num prazo razoável, tendo em conta as datas de execução das tarefas.

8.4 Sem prejuízo das disposições das leis e regulamentos sobre mão de obra estrangeira do país em que os fornecimentos devem ser entregues, a entidade adjudicante presta assistência razoável ao contratante, a seu pedido, para o pedido de quaisquer vistos e autorizações exigidos pela lei do país em que os fornecimentos devem ser entregues, incluindo autorizações de trabalho e de residência, para o pessoal cujos serviços o contratante e a entidade adjudicante considerem necessários, bem como autorizações de residência para as suas famílias.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

ARTIGO 9. OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1 O contratante deve executar o contrato com o devido cuidado, eficiência e diligência, de acordo com as melhores práticas profissionais, os mais elevados padrões de qualidade, o estado da arte na indústria e as disposições do contrato (em particular os documentos/especificações do concurso e os termos da sua proposta).

9.2 O contratante deverá, de acordo com as disposições do contrato, fornecer (entregar, descarregar, comissionar) os suprimentos e realizar qualquer outro trabalho, incluindo a correção de quaisquer defeitos nos suprimentos. O fornecimento pode incluir, como questão incidental, operações de localização e instalação. O contratante também deverá fornecer todo o equipamento, supervisão, mão de obra e instalações necessárias para a implementação das tarefas.

9.3 O contratante deve cumprir as ordens administrativas dadas pelo gestor do projeto. Se o contratante considerar que o requisito de uma ordem administrativa excede o âmbito do contrato, deve notificar o gestor do projeto, apresentando as suas razões. Se o contratante não notificar no prazo de 30 dias após a receção da mesma, ficará impedido de o fazer. A execução da ordem administrativa não será suspensa devido a esta notificação.

9.4 O contratante deve fornecer, sem demora, quaisquer informações e documentos à entidade adjudicante e à Comissão Europeia, mediante pedido, relativos às condições em que o contrato está a ser executado.

9.5 O contratante deve respeitar e cumprir todas as leis e regulamentos em vigor no país onde os fornecimentos devem ser entregues e deve garantir que o seu pessoal, os seus dependentes e os seus funcionários locais também respeitem e cumpram todas essas leis e regulamentos. O contratante deve indemnizar a entidade adjudicante por quaisquer reclamações e processos decorrentes de qualquer violação por parte do contratante, dos seus funcionários e dos seus dependentes dessas leis e regulamentos.

9.5 bis O contratante deve assegurar a aplicação de qualquer medida relevante nos termos do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União, incluindo quando subcontratar qualquer parte dos serviços ao abrigo do presente contrato.

9.6 Caso qualquer evento, ação ou omissão imprevistos impeçam, direta ou indiretamente, a execução do contrato, parcial ou totalmente, o contratante deve, imediatamente e por sua própria iniciativa, registá-lo e comunicá-lo à entidade adjudicante. O relatório deve incluir uma descrição do problema e uma indicação da data em que teve início e das medidas corretivas tomadas pelo contratante para garantir o pleno cumprimento das suas obrigações nos termos do contrato. Nesse caso, o contratante deve dar prioridade à resolução do problema em vez de determinar a responsabilidade.

9.7 Sem prejuízo do disposto no artigo 9.9, o contratante compromete-se a tratar com a mais estrita confidencialidade e a não utilizar ou divulgar a terceiros quaisquer informações ou documentos relacionados com a execução do contrato sem o consentimento prévio da entidade adjudicante. O contratante continuará vinculado a este compromisso após a conclusão das tarefas e deverá obter de cada membro do seu pessoal o mesmo compromisso. No entanto, a utilização da referência do contrato para fins de marketing ou de concurso não requer a aprovação prévia da entidade adjudicante, exceto se esta declarar o contrato como confidencial.

9.8 Se o contratante for uma empresa comum ou um consórcio de duas ou mais pessoas, todas essas pessoas estarão conjunta e solidariamente vinculadas no que diz respeito às obrigações decorrentes do contrato, incluindo qualquer montante recuperável. A pessoa designada pelo consórcio para agir em seu nome para os efeitos do contrato terá autoridade para vincular o consórcio e será o único interlocutor para todos os aspetos contratuais e financeiros. A composição ou constituição da empresa comum ou do consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio da entidade adjudicante. Qualquer alteração da composição do consórcio sem o consentimento prévio da entidade adjudicante pode resultar na rescisão do contrato.

9.9 Salvo se a Comissão Europeia solicitar ou concordar em contrário, o contratante tomará todas as medidas relevantes para garantir a máxima visibilidade da contribuição financeira da União Europeia. As atividades de comunicação adicionais exigidas pela Comissão Europeia estão descritas nas Condições Especiais. Todas as atividades de visibilidade e, se aplicável, de comunicação devem estar em conformidade com os mais recentes Requisitos de Comunicação e Visibilidade para a ação externa financiada pela UE.

As Partes consultar-se-ão imediatamente e envidarão esforços para remediar quaisquer deficiências detetadas na implementação dos requisitos de visibilidade e, se aplicável, de comunicação estabelecidos no presente artigo e nas condições especiais. O incumprimento das obrigações estabelecidas no presente artigo e nas condições especiais pode constituir uma

violação do contrato na aceção do artigo 35.º das presentes condições gerais e pode levar à adoção de medidas correspondentes pela entidade adjudicante, incluindo a suspensão do pagamento e/ou uma redução do pagamento final proporcional à gravidade do incumprimento das obrigações.

9.10 Todos os registos devem ser mantidos por um período de cinco anos após o pagamento final efetuado ao abrigo do contrato. O contratante deve conservar todos os documentos originais armazenados em qualquer suporte adequado. Os documentos digitais e digitalizados são considerados originais se forem autorizados pela legislação nacional aplicável. Em caso de incumprimento da obrigação de conservação desses registos, a entidade adjudicante pode, sem aviso prévio formal, aplicar de pleno direito a sanção por incumprimento contratual prevista nos artigos 35.º e 36.º.

9.11 O contratante deve informar a entidade adjudicante de qualquer alteração nos seus endereços postais e eletrónicos. Esta obrigação continua a aplicar-se no período de cinco anos após o pagamento do saldo ou, na ausência de tal pagamento, da transação. Este período é de três anos quando o financiamento é de um montante inferior ou igual a 60 000 EUR.

Artigo 9.º-A Código de conduta

9.º-A.1 O contratante deve agir sempre de forma imparcial e como conselheiro fiel, em conformidade com o código de conduta da sua profissão. Deve abster-se de fazer declarações públicas sobre o projeto sem a aprovação prévia da entidade adjudicante. Não deve comprometer a entidade adjudicante de forma alguma sem o seu consentimento prévio e, se for caso disso, deve deixar clara esta obrigação a terceiros.

É proibido o abuso ou castigo físico, ou ameaças de abuso físico, abuso ou exploração sexual, assédio e abuso verbal, bem como outras formas de intimidação. O contratante deve também informar a entidade adjudicante de qualquer violação das normas éticas ou do código de conduta estabelecidos no presente artigo. Caso o contratante tenha conhecimento de quaisquer violações das normas acima mencionadas, deve comunicá-las por escrito no prazo de 30 dias à entidade adjudicante.

9a.2 O contratante e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e as regras aplicáveis em matéria de proteção de dados.

9a.3 O contratante deve respeitar a legislação ambiental aplicável no país onde os fornecimentos devem ser entregues e as normas laborais fundamentais acordadas internacionalmente, ou seja, as normas laborais fundamentais da OIT, as convenções sobre a liberdade de associação e negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado e obrigatório, a eliminação da discriminação no emprego e na profissão e a abolição do trabalho infantil, bem como as obrigações aplicáveis estabelecidas por estas convenções:

- Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozono e seu Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono;

- Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (Convenção de Basileia);
- Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (Convenção de Estocolmo sobre POP);
- Convenção sobre o Procedimento de Prévia Informação e Consentimento para Certos Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional (PNUMA/FAO) (Convenção PIC) Roterdão, 10 de setembro de 1998, e seus 3 Protocolos regionais.

9.a.4 O contratante ou qualquer um dos seus subcontratados, agentes ou pessoal não deve abusar do poder que lhe foi confiado para obter ganhos privados. O contratante ou qualquer um dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal não deve receber ou concordar em receber de qualquer pessoa, nem oferecer ou concordar em dar a qualquer pessoa, nem obter para qualquer pessoa, presentes, gratificações, comissões ou contrapartidas de qualquer tipo como incentivo ou recompensa pela realização ou abstenção de qualquer ato relacionado com a execução do contrato, nem por mostrar favor ou desfavor a qualquer pessoa em relação ao contrato. O contratante deve cumprir todas as leis, regulamentos e códigos aplicáveis relacionados com o combate ao suborno e à corrupção.

9.a.5 Os pagamentos ao contratante nos termos do contrato constituirão a única receita ou benefício que este poderá obter em relação ao contrato. O contratante e o seu pessoal não devem exercer qualquer atividade ou receber qualquer vantagem incompatível com as suas obrigações nos termos do contrato.

9a.6 A execução do contrato não dará origem a despesas comerciais incomuns. Despesas comerciais invulgares são comissões não mencionadas no contrato ou que não decorram de um contrato devidamente celebrado com referência ao contrato, comissões não pagas em contrapartida de qualquer serviço real e legítimo, comissões remetidas para um paraíso fiscal, comissões pagas a um destinatário que não esteja claramente identificado ou comissões pagas a uma empresa que tenha todas as características de ser uma empresa de fachada. A Comissão Europeia pode realizar controlos documentais ou no local que considere necessários para encontrar provas em caso de suspeita de despesas comerciais invulgares.

9a.7 O contratante ou qualquer um dos seus subcontratantes deve comprometer-se a respeitar e garantir o respeito pelos valores fundamentais da UE, tais como o respeito pela dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos, incluindo os direitos das minorias.

9a.8 O respeito pelo código de conduta estabelecido no presente artigo constitui uma obrigação contratual. O incumprimento do código de conduta é sempre considerado uma violação do contrato nos termos do artigo 35.º das Condições Gerais. Além disso, o incumprimento da disposição estabelecida no presente artigo pode ser qualificado como falta profissional grave que pode levar à suspensão ou rescisão do contrato, sem prejuízo da

aplicação de sanções administrativas, incluindo a exclusão da participação em futuros processos de adjudicação de contratos.

Artigo 9.º-B Conflito de interesses e conflito de interesses profissionais

9.º-B.1 O contratante deve tomar todas as medidas necessárias para prevenir ou pôr termo a qualquer situação de conflito de interesses ou conflito de interesses profissionais que possa comprometer a execução imparcial e objetiva do contrato. Um conflito de interesses pode surgir, em particular, em resultado de interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, laços familiares ou emocionais, ou qualquer outra ligação relevante ou interesse comum. Um conflito de interesses profissionais pode surgir quando as atividades profissionais anteriores ou em curso do contratante afetam a sua capacidade de executar o contrato com um padrão de qualidade adequado. Qualquer conflito de interesses ou conflito de interesses profissionais que possa surgir durante a execução do contrato deve ser notificado à entidade adjudicante sem demora. Em caso de conflito, o contratante deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para o resolver.

9b.2 A entidade adjudicante reserva-se o direito de verificar se essas medidas são adequadas e pode exigir que o contratante tome medidas adicionais para corrigir a situação dentro de um prazo específico, se necessário. Sem prejuízo das suas obrigações contratuais, o contratante deve substituir, imediatamente e sem compensação por parte da entidade adjudicante, qualquer membro do seu pessoal exposto a tal situação.

9b.3 O contratante deve abster-se de qualquer contacto que possa comprometer a sua independência ou a do seu pessoal.

9b.4 O contratante deve limitar o seu papel no âmbito do projeto ao fornecimento dos produtos descritos no contrato.

9b.5 O contratante e qualquer pessoa que trabalhe sob a sua autoridade ou controlo na execução do contrato ou em qualquer outra atividade podem ser excluídos do acesso a outros fundos do orçamento da UE/FED disponíveis no âmbito do mesmo projeto. No entanto, se o contratante puder provar que a sua participação na fase anterior do projeto não constitui concorrência desleal, poderá participar, sujeito à aprovação prévia da entidade adjudicante.

ARTIGO 10. ORIGEM

10.1 Ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (contratos/lotos inferiores a 100 000 EUR ao abrigo do CIR) e ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, com exceção do Regulamento INSC 2021/948, de 27 de maio de 2021: Todos os bens adquiridos podem ser originários de qualquer país. Ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 (contratos/lotos superiores a 100 000 EUR ao abrigo do CIR e independentemente do valor para outros instrumentos) e para contratos financiados pelo Regulamento INSC 2021/948, de 27 de maio de 2021, ao abrigo do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027:

10.2 Todos os bens devem ser originários de qualquer país elegível, tal como definido nas instruções aos proponentes e nas condições especiais.

10.3 O contratante deve certificar que os bens propostos cumprem este requisito, especificando os seus países de origem. Poderá ser necessário fornecer informações mais pormenorizadas a este respeito.

10.4 O contratante deve documentar a origem no momento da aceitação provisória. O incumprimento desta obrigação pode conduzir, após notificação formal, à rescisão do contrato e/ou à suspensão do pagamento.

ARTIGO 11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 O empreiteiro deverá, juntamente com a devolução do contrato assinado, fornecer à entidade adjudicante uma garantia para a execução completa e adequada do contrato. O montante da garantia será o especificado nas condições especiais. Deverá situar-se entre 5 % e 10 % do preço total do contrato, incluindo quaisquer montantes estipulados em adendas ao contrato.

11.2 A garantia de execução será retida para pagamento à entidade adjudicante por quaisquer perdas resultantes do incumprimento pelo contratante das suas obrigações contratuais nos termos do contrato.

11.3 A garantia de execução deve ter o formato previsto no contrato e pode ser fornecida sob a forma de garantia bancária, cheque bancário, cheque visado, caução fornecida por uma companhia de seguros e/ou caução, carta de crédito irrevogável ou depósito em dinheiro feito junto da entidade adjudicante. Se a garantia de execução for prestada sob a forma de garantia bancária, cheque bancário, cheque visado ou caução, deve ser emitida por um banco ou uma companhia de cauções e/ou seguros aprovada pela entidade adjudicante.

11.4 A garantia de execução será expressa na moeda em que o contrato é pagável. Nenhum pagamento será feito a favor do contratante antes da apresentação da garantia. A garantia permanecerá válida até que o contrato tenha sido total e adequadamente executado.

11.5 Durante a execução do contrato, se a pessoa singular ou coletiva que presta a garantia (i) não puder ou não estiver disposta a cumprir os seus compromissos, (ii) não estiver autorizada a emitir garantias às entidades adjudicantes, ou (iii) não parecer financeiramente fiável, a garantia será substituída. A entidade adjudicante notificará formalmente o empreiteiro para que apresente uma nova garantia nos mesmos termos que a anterior. Caso o empreiteiro não apresente uma nova garantia, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato.

11.6 A entidade adjudicante exigirá o pagamento da garantia de todas as quantias pelas quais o garante é responsável ao abrigo da garantia devido ao incumprimento do contratante nos termos do contrato, de acordo com os termos da garantia e até ao valor da mesma. O garante deve, sem demora, pagar esses montantes mediante solicitação da entidade adjudicante e não

pode levantar qualquer objeção por qualquer motivo. Antes de apresentar qualquer reclamação ao abrigo da garantia de execução, a entidade adjudicante deve notificar o contratante, indicando a natureza do incumprimento relativo ao qual a reclamação deve ser apresentada.

11.7 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, a garantia de execução será liberada no prazo de 60 dias a contar da emissão do certificado de aceitação final assinado pelo seu valor total, exceto os montantes que sejam objeto de acordo amigável, arbitragem ou litígio.

ARTIGO 12. RESPONSABILIDADES E SEGUROS

12.1 Responsabilidades

As regras de responsabilidade descritas abaixo não prejudicam a eventual aplicação de convenções internacionais sobre o transporte de mercadorias.

a) Responsabilidade por danos nos fornecimentos

Sem prejuízo do disposto no artigo 32.º (obrigações de garantia) e no artigo 38.º (força maior), o contratante assumirá (i) a responsabilidade total pela manutenção da integridade dos fornecimentos e (ii) o risco de perda e danos, independentemente da sua causa, até à aceitação final, tal como previsto no artigo 34.º.

A indemnização por danos nos fornecimentos resultantes da responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante é limitada a um montante igual a um milhão de euros, se o valor do contrato for inferior ou igual a um milhão de euros. Se o valor do contrato for superior a um milhão de euros, a indemnização por danos resultantes da responsabilidade do contratante será limitada ao valor do contrato.

No entanto, a indemnização por perdas ou danos resultantes de fraude ou negligência grave do contratante, do seu pessoal, dos seus subcontratantes e de qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável não pode, em caso algum, ser limitada.

b) Responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante

O contratante será, em qualquer momento, responsável e indemnizará a entidade adjudicante por quaisquer danos causados à entidade adjudicante pelo contratante, pelo seu pessoal, pelos seus subcontratantes e por qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável.

A indemnização por danos resultantes da responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante é limitada a um montante igual a um milhão de euros, se o valor do contrato for inferior ou igual a um milhão de euros. Se o valor do contrato for superior a um milhão de euros, a indemnização por danos resultantes da responsabilidade do contratante será limitada ao valor do contrato.

No entanto, a indemnização por perdas ou danos resultantes da responsabilidade do contratante em caso de lesões corporais, incluindo morte, não pode, em caso algum, ser limitada. O mesmo se aplica à indemnização por quaisquer danos de qualquer natureza resultantes de fraude ou negligência grave do contratante, do seu pessoal, dos seus subcontratantes e de qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável.

c) Responsabilidade do contratante em relação a terceiros

O contratante deve, a suas próprias custas, indemnizar, proteger e defender a entidade adjudicante, os seus agentes e funcionários contra todas as ações, reclamações, perdas ou danos, diretos ou indiretos, de qualquer natureza (doravante «reclamação(ões)») decorrentes de qualquer ato ou omissão do contratante, do seu pessoal, dos seus subcontratantes e/ou de qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável, no desempenho das suas funções.

A entidade adjudicante deve notificar qualquer reclamação de terceiros ao contratante logo que possível após ter tomado conhecimento da mesma.

Se a entidade adjudicante decidir contestar e defender-se contra a(s) reclamação(ões), o contratante suportará os custos razoáveis de defesa incorridos pela entidade adjudicante, seus agentes e funcionários.

Nos termos das presentes condições gerais, os agentes e funcionários da entidade adjudicante, bem como o pessoal do contratante, os seus subcontratantes e qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável são considerados terceiros.

O contratante tratará todas as reclamações em estreita consulta com a entidade adjudicante.

Qualquer acordo ou convenção que resolva uma reclamação requer o consentimento prévio e expresso da entidade adjudicante e do contratante.

d) Responsabilidade após a entrega e propriedade dos fornecimentos entregues

Sem prejuízo do disposto nos artigos 29.º (Entrega) e 31.º (Aceitação provisória), quando a entidade adjudicante for a Comissão Europeia, agindo em nome e por conta do país parceiro, este último assumirá, imediatamente após a aceitação provisória, a plena responsabilidade e manterá a plena propriedade dos fornecimentos entregues.

12.2 Seguro

a) Seguro – questões gerais

O mais tardar, juntamente com a devolução do contrato assinado, e durante o período de execução das tarefas, o contratante deve assegurar que ele próprio, o seu pessoal, os seus subcontratantes e qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável, estejam adequadamente segurados junto de companhias de seguros reconhecidas no mercado

internacional de seguros, a menos que a entidade adjudicante tenha dado o seu consentimento expresso por escrito relativamente a uma companhia de seguros específica.

O mais tardar, juntamente com a devolução do contrato assinado, o contratante deve fornecer à entidade adjudicante todas as notas de cobertura e/ou certificados de seguro que comprovem que as obrigações do contratante em matéria de seguros são plenamente respeitadas. O contratante deve apresentar sem demora, sempre que a entidade adjudicante ou o gestor do projeto o solicite, uma versão atualizada das notas de cobertura e/ou certificados de seguro.

O contratante deverá obter das seguradoras o compromisso de informar pessoal e diretamente a entidade adjudicante sobre qualquer evento suscetível de reduzir, cancelar ou alterar de qualquer forma essa cobertura. As seguradoras deverão fornecer essas informações o mais rapidamente possível e, em qualquer caso, pelo menos trinta (30) dias antes da redução, cancelamento ou alteração da cobertura entrar em vigor. A entidade adjudicante reserva-se o direito de indemnizar a seguradora caso o empreiteiro não pague o prémio, sem prejuízo do direito da entidade adjudicante de recuperar o montante do prémio que pagou e de posteriormente solicitar uma indemnização pelos eventuais danos daí resultantes.

Sempre que possível, o empreiteiro deve assegurar que os contratos de seguro subscritos incluam uma renúncia ao direito de regresso a favor da entidade adjudicante, dos seus agentes e funcionários.

A aquisição de seguros adequados pelo contratante não o isenta, em caso algum, das suas responsabilidades legais e/ou contratuais.

O contratante suportará integralmente as consequências da falta total ou parcial de cobertura, e a plena exoneração da entidade adjudicante.

O contratante deve assegurar que o seu pessoal, os seus subcontratantes e qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável cumpram os mesmos requisitos de seguro que lhe são impostos ao abrigo do presente contrato. Em caso de incumprimento do seguro ou de seguro inadequado do seu pessoal, dos seus subcontratantes ou de qualquer pessoa pela qual o contratante seja responsável, o contratante deve indemnizar a entidade adjudicante por todas as consequências daí resultantes.

Sob a sua própria responsabilidade e sem prejuízo da obrigação de subscrever todos os seguros que cubram as suas obrigações ao abrigo do presente contrato, o contratante deve assegurar que todos os seguros obrigatórios sejam subscritos em conformidade com as leis e regulamentos em vigor no país em que as funções devem ser desempenhadas. Deve também assegurar que todas as possíveis obrigações legais aplicáveis à cobertura sejam cumpridas.

A entidade adjudicante não assume qualquer responsabilidade pela avaliação e adequação das apólices de seguro subscritas pelo contratante às suas obrigações contratuais e/ou legais.

b) Seguros – Questões específicas

O contratante deve subscrever todos os seguros necessários para cobrir a sua responsabilidade, tanto no que diz respeito à sua responsabilidade profissional como à sua responsabilidade prevista no artigo 12.º, n.º 1, «Responsabilidades». O contratante deve, em particular, subscrever um seguro de produtos e após a entrega.

Dependendo da natureza das obrigações do contratante, a entidade adjudicante pode exigir que o transporte de fornecimentos seja coberto por uma apólice de seguro de «transporte», cujas condições podem ser especificadas nas condições especiais, que também podem especificar outros tipos de seguro a subscrever pelo contratante. Este seguro deve, em particular, cobrir o carregamento, o armazenamento intermédio, o descarregamento, incluindo a estiva e a proteção, se tais operações estiverem incluídas no contrato.

ARTIGO 13. PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS TAREAS

13.1 Se as condições especiais assim o exigirem, o contratante deve apresentar um programa de execução das tarefas para aprovação do gestor do projeto. O programa deve conter, pelo menos, o seguinte:

- a) a ordem em que o contratante se propõe executar o contrato, incluindo a conceção, fabrico, entrega no local de receção, instalação, ensaio e colocação em serviço;
- b) os prazos dentro dos quais a apresentação e aprovação dos desenhos são exigidas;
- c) uma descrição geral dos métodos que o contratante propõe adotar para a execução do contrato; e
- d) quaisquer outros detalhes e informações que o gestor do projeto possa razoavelmente exigir.

13.2 As condições especiais devem especificar o prazo dentro do qual o programa de execução das tarefas deve ser apresentado ao gestor do projeto para aprovação. Podem estabelecer prazos dentro dos quais o contratante deve apresentar a totalidade ou parte dos desenhos detalhados, documentos e itens. Devem também indicar o prazo para a aprovação ou aceitação pelo gestor do projeto do programa de execução, desenhos detalhados, documentos e itens.

13.3 A aprovação do programa pelo gestor do projeto não isenta o contratante de nenhuma das suas obrigações nos termos do contrato.

13.4 Não será feita qualquer alteração material ao programa sem a aprovação do gestor do projeto. No entanto, se o andamento da execução das tarefas não estiver em conformidade com o programa, o gestor do projeto pode instruir o contratante a apresentar um programa revisto, de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 13.º.

ARTIGO 14. DESENHOS DO CONTRATANTE

14.1 Se as condições especiais assim o preverem, o empreiteiro deve apresentar ao gestor do projeto para aprovação:

a) os desenhos, documentos, amostras e/ou modelos, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos nas condições especiais ou no programa de execução das tarefas;

b) os desenhos que o gestor do projeto possa razoavelmente exigir para a execução das tarefas.

14.2 Se o gestor do projeto não notificar a sua decisão de aprovação referida no artigo 14.1 dentro dos prazos referidos no contrato ou no programa aprovado de execução das tarefas, esses desenhos, documentos, amostras ou modelos serão considerados aprovados no final dos prazos especificados. Se não for especificado nenhum prazo, serão considerados aprovados 30 dias após a receção.

14.3 Os desenhos, documentos, amostras e modelos aprovados devem ser assinados ou identificados de outra forma pelo gestor do projeto e não devem ser alterados, salvo indicação em contrário do gestor do projeto .

Quaisquer desenhos, documentos, amostras ou modelos do empreiteiro que o gestor do projeto se recuse a aprovar devem ser modificados para cumprir os requisitos do gestor do projeto e reapresentados pelo empreiteiro para aprovação. No prazo de 15 dias após ser notificado das observações do gestor do projeto ,o empreiteiro deverá fazer as correções, ajustes, etc. necessários aos documentos, desenhos, etc. Os documentos, desenhos, etc. corrigidos ou ajustados deverão ser reapresentados para aprovação do gestor do projeto, seguindo o mesmo procedimento.

14.4 O empreiteiro deverá fornecer cópias adicionais dos desenhos aprovados, na forma e nos números indicados no contrato ou em ordens administrativas subsequentes.

14.5 A aprovação dos desenhos, documentos, amostras ou modelos pelo gestor do projeto não isenta o empreiteiro de nenhuma das suas obrigações nos termos do contrato.

14.6 O gestor do projeto terá o direito, em todos os momentos razoáveis, de inspecionar todos os desenhos, documentos, amostras ou modelos relacionados com o contrato nas instalações do empreiteiro.

14.7 Antes da aceitação provisória dos fornecimentos, o contratante deverá fornecer manuais de operação e manutenção, juntamente com desenhos, que deverão ser suficientemente detalhados para permitir que a entidade adjudicante opere, mantenha, ajuste e repare todas as partes dos fornecimentos. Salvo indicação em contrário nas condições especiais, os manuais e desenhos deverão estar na língua do contrato e nas formas e quantidades indicadas no

contrato. Os fornecimentos não serão considerados concluídos para efeitos de aceitação provisória até que tais manuais e desenhos tenham sido fornecidos à entidade adjudicante.

ARTIGO 15. SUFICIÊNCIA DOS PREÇOS DAS PROPOSTAS

15.1 Sem prejuízo de quaisquer disposições adicionais que possam ser estabelecidas nas condições especiais, considera-se que o empreiteiro se certificou, antes de apresentar a sua proposta, da correção e suficiência da mesma e que teve em conta tudo o que é necessário para a execução completa e adequada das tarefas e incluiu nas suas taxas e preços todos os custos relacionados com os fornecimentos, em particular:

- a) os custos de transporte;
- b) os custos de manuseamento, embalagem, carga, descarga, trânsito, entrega, desembalagem, verificação, seguro e outros custos administrativos relacionados com os fornecimentos. A embalagem será propriedade da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário nas condições especiais ;
- c) o custo dos documentos relativos aos fornecimentos, quando esses documentos forem exigidos pela entidade adjudicante;
- d) execução e supervisão da montagem no local e/ou colocação em funcionamento dos fornecimentos entregues;
- e) fornecimento das ferramentas necessárias para a montagem e/ou manutenção dos fornecimentos entregues;
- f) fornecimento de manuais detalhados de operação e manutenção para cada unidade dos fornecimentos entregues, conforme especificado no contrato;
- g) supervisão ou manutenção e/ou reparação dos fornecimentos, por um período de tempo indicado no contrato, com a estipulação de que este serviço não isenta o contratante de quaisquer obrigações de garantia ao abrigo do contrato;
- h) formação do pessoal da entidade adjudicante, na fábrica do contratante e/ou noutro local, conforme especificado no contrato.

15.2 Uma vez que se considera que o contratante determinou os seus preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, este deverá realizar, sem custos adicionais, qualquer trabalho que seja objeto de qualquer item da sua proposta para o qual não indique um preço unitário nem um montante global.

ARTIGO 16. REGIME FISCAL E ADUANEIRO

16.1 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, as condições de entrega das mercadorias serão DDP (Delivered Duty Paid) – Incoterms 2020, Câmara de Comércio Internacional.

ARTIGO 17 PATENTES E LICENÇAS

17.1 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o contratante indenizará e isará a entidade adjudicante de todos os danos e custos incorridos devido a qualquer reclamação apresentada por terceiros, incluindo criadores e intermediários, por violações alegadas ou reais de direitos de propriedade intelectual, industrial ou outros direitos de propriedade de qualquer tipo, com base na utilização pela entidade adjudicante, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, desenhos, projetos, modelos ou marcas ou marcas registadas, exceto quando tal infração resulte do cumprimento do projeto ou especificação fornecida pela entidade adjudicante.

17.2 Todos os direitos de propriedade industrial, intelectual e outros (incluindo, entre outros, direitos de patente e direitos de autor) desenvolvidos em conexão com as tarefas pelo contratante ou em seu nome, incluindo, entre outros, quaisquer direitos sobre quaisquer documentos preparados para os fins do contrato ou das tarefas, permanecerão pertencentes ao contratante, mas a entidade adjudicante terá uma licença irrevogável, livre de royalties e não exclusiva dos direitos acima mencionados para os fins do contrato.

17.3 Essa licença conferirá o direito de conceder sublicenças e será transferível pela entidade adjudicante a terceiros, sem a necessidade do consentimento do contratante.

17.4 Todos os direitos de propriedade industrial, intelectual e outros (incluindo, entre outros, direitos de patente e direitos de autor) desenvolvidos em conexão com as tarefas pela autoridade contratante ou em seu nome, incluindo, entre outros, quaisquer direitos sobre quaisquer documentos preparados para efeitos do contrato ou das tarefas, permanecerão na posse da autoridade contratante, mas o contratante terá o direito, a suas custas, de copiar, utilizar e obter a comunicação desses documentos para os efeitos do contrato.

17.5 Após e não obstante qualquer rescisão do contrato, independentemente da forma como esta ocorra, bem como após a conclusão das tarefas, a entidade adjudicante continuará a beneficiar da licença referida no primeiro parágrafo do artigo 17.º, n.º 2.

EXECUÇÃO DAS TAREAS E ATRASOS

ARTIGO 18. ORDEM DE ENTREGA

18.1 A entidade adjudicante fixará a data em que a entrega dos bens/execução das tarefas deve ter início nas condições especiais do contrato.

18.2 Salvo acordo em contrário entre as partes, a entrega dos bens/execução das tarefas deve começar o mais tardar 90 dias após a data de início mencionada no artigo 3.º das Condições Principais do contrato. A menos que este atraso resulte de incumprimento do contratante, após essa data o contratante terá o direito de não executar o contrato e de obter a sua rescisão e/ou uma indemnização pelos danos sofridos. O contratante perderá este direito, a menos que o exerça no prazo de 30 dias após o termo do prazo de 90 dias.

ARTIGO 19. PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS

19.1 O período de execução das tarefas tem início na data fixada em conformidade com Artigo 18.o e será conforme previsto nas condições especiais, sem prejuízo de prorrogações do período que pode ser concedido nos termos do artigo 20.

19.2 Se forem previstos períodos distintos de execução das tarefas para lotes separados, em casos quando um adjudicatário recebe mais do que um lote por contrato, os períodos de execução das tarefas para os lotes separados não devem ser acumuladas.

ARTIGO 20. PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS TAREFAS

20.1 O contratante pode solicitar uma prorrogação do período de execução das tarefas se for ou será atrasado na conclusão do contrato por qualquer um dos seguintes motivos:

- a) Condições meteorológicas excepcionais no país da autoridade contratante que possam afetar instalação ou montagem dos fornecimentos;
- b) Obstruções artificiais ou condições físicas que possam afetar a entrega dos fornecimentos, que não poderia razoavelmente ter sido previsto por um contratante experiente;
- c) ordens administrativas que afetem a data de conclusão, com exceção das decorrentes da o incumprimento do contratante;
- d) O incumprimento, por parte da entidade adjudicante, das obrigações que lhe incumbem por força do contrato;
- e) qualquer suspensão da entrega e/ou instalação dos fornecimentos que não seja devida à o incumprimento do contratante;
- f) força maior;
- g) Fornecimentos suplementares ou adicionais encomendados pela entidade adjudicante;
- h) quaisquer outras causas referidas nestas condições gerais que não sejam devidas ao contratante default.

20.2 Se o contratante considerar que tem direito a qualquer prorrogação do prazo de execução do contrato, o contratante deve

a) notificar o gestor do projeto de sua intenção de fazer tal pedido, o mais tardar 15 dias após o contratante tomar conhecimento, ou deveria ter tomado conhecimento do evento ou circunstância que deu origem ao pedido.

b) Se o contratante não der aviso de um pedido de prorrogação do prazo de execução no prazo de 15 dias, o período de execução não pode ser extensão e liberação da autoridade contratante de qualquer responsabilidade em conexão com o pedido; e

c) apresentar ao gerente de projeto detalhes completos e detalhados do pedido, no prazo de 30 dias da notificação acima, salvo acordo em contrário entre o contratante e a supervisor, a fim de que tal pedido possa ser investigado no momento.

20.3 No prazo de 30 dias a partir do recebimento dos detalhes da solicitação do contratante, o projeto o gestor deve, mediante notificação ao contratante, conceder essa prorrogação do período de execução das tarefas que possam ser justificadas, prospectivamente ou retrospectivamente, ou informar o contratante que não tem direito a uma prorrogação.

ARTIGO 21. ATRASOS NA EXECUÇÃO DAS TAREFAS

21.1 Se o contratante não entregar parte ou a totalidade dos bens ou realizar os serviços dentro do prazo execução das tarefas especificadas no contrato, a entidade adjudicante deve, sem notificação formal e, sem prejuízo das outras vias de recurso previstas no contrato, indemnizações liquidadas por cada dia, ou parte dele, que decorra entre o fim do período de execução das tarefas, ou período prolongado de execução das tarefas ao abrigo artigo 20, e a data real de conclusão. A taxa diária de indemnização é de 5/1000 da o valor dos fornecimentos não entregues até um máximo de 15% do preço total do contrato. Qualquer reclamação por danos liquidados não afeta (a) a responsabilidade do contratante por danos que os danos liquidados não cobririam, (b) os direitos da autoridade contratante ao abrigo do contrato, nem (c) qualquer outro recurso que a autoridade contratante possa ter ao abrigo do contrato.

21.2 Se a não entrega de qualquer das mercadorias impedir o uso normal dos fornecimentos como um todo, o As indemnizações previstas no artigo 21.o, n.o 1, são calculadas com base no total preço do contrato. 21.3 Se a autoridade contratante tiver direito a reclamar pelo menos 15% do preço total do contrato pode, mediante notificação ao contratante:

- aproveitar a garantia de desempenho; e/ou
- rescindir o contrato,
- celebrar um contrato com um terceiro para a prestação do saldo dos fornecimentos em o custo do contratante.

ARTIGO 22. ALTERAÇÕES

22.1 As alterações ao contrato devem ser formalizadas por adenda do contrato assinada por ambas as partes ou uma ordem administrativa emitida pelo gestor do projeto. Alterações substanciais ao contrato, incluindo alterações ao preço total do contrato, deve ser feita por meio de uma adenda. Qualquer As alterações contratuais devem respeitar os princípios gerais definidos no guia prático.

22.2 Sujeito aos limites dos limiares de procedimento estabelecidos no guia prático, o gestor do projeto reserva-se o direito de aumentar ou diminuir por uma ordem administrativa as quantidades por lote ou por item por 100% no momento da contratação e durante a vigência do contrato. O valor total dos fornecimentos não pode aumentar ou diminuir como resultado da variação em mais de 10% do concurso preço. Os preços unitários indicados na proposta são aplicáveis às quantidades contratadas nos termos a variação.

22.3 O gestor de projecto terá o poder de ordenar qualquer alteração a qualquer parte dos fornecimentos necessário para a correcta conclusão e/ou funcionamento dos fornecimentos. Tais alterações por ordem administrativa pode incluir acréscimos, omissões, substituições, alterações na qualidade, quantidade, forma, carácter, tipo, bem como em desenhos, desenhos ou especificações onde o os fornecimentos devem ser fabricados especificamente para a autoridade contratante, no método de expedição ou embalagem, local de entrega, e na sequência especificada, método ou tempo de execução das tarefas. Nenhuma ordem administrativa terá o efeito de invalidar a contrato, mas o efeito financeiro, se houver, de todas essas alterações deve ser avaliado de acordo com com o artigo 22.7

22.4 Todas as ordens administrativas devem ser emitidas por escrito, entendendo-se que:

- a) Se, por qualquer motivo, o gestor de projecto considerar necessário dar uma ordem oralmente, deve fazê-lo como logo que possível depois confirmar a ordem por uma ordem administrativa;
- b) se o contratante confirmar por escrito uma ordem oral dada para efeitos do artigo 22.4.a e a confirmação não é contradita por escrito imediatamente pelo gerente do projeto ou o autoridade contratante, considera-se que o gestor do projecto emitiu um ordem;
- c) nenhuma ordem administrativa é necessária para aumentar ou diminuir a quantidade de qualquer localização ou instalação, porque as estimativas na repartição do orçamento eram demasiado elevadas ou demasiado baixo.

22.5 Salvo o disposto em contrário no artigo 22.4, antes da emissão de uma ordem administrativa, o projeto o gestor deve notificar o contratante da natureza e forma de tal alteração. O contratante deve então, sem demora, apresentar ao gestor de projecto uma proposta escrita contendo:

- uma descrição das tarefas, se houver, a serem realizadas ou as medidas a serem tomadas e programa de execução das tarefas;
- quaisquer alterações necessárias ao programa de execução das tarefas ou a qualquer as obrigações do contratante decorrentes deste contrato; e
- qualquer ajuste do preço total do contrato de acordo com as regras estabelecidas no Artigo 22.

22.6 Após a recepção da apresentação do contratante referida no artigo 22.5, o gestor de projeto deve, se for caso disso, após consulta adequada com o contratante, decidir sem demora se aceita ou não a alteração. Se o gestor do projeto aceitar a alteração, deve notificar o contratante através de uma ordem administrativa indicando que o contratante deve realizar a alteração aos preços e nas condições indicadas na submissão do contratante referida no artigo 22.5 ou conforme alterado pelo gestor do projeto nos termos do artigo 22.7.

22.7 Os preços de todas as alterações encomendadas pelo gestor do projeto, em conformidade com os artigos 22.4 e 22.6, serão determinados de acordo com os seguintes princípios:

- Quando a tarefa for de natureza semelhante e for executada em condições semelhantes às de uma rubrica orçamentada, deve ser avaliada com base nas taxas e nos preços nela indicados;
- quando a tarefa não for de natureza semelhante ou não for executada em condições semelhantes, as taxas e os preços do contrato devem ser utilizados como base para a avaliação, na medida em que seja razoável; caso contrário, o gestor do projeto deve fazer uma avaliação justa;
- se a natureza ou o montante de qualquer alteração relativa à natureza ou ao montante da totalidade do contrato ou a qualquer parte do mesmo for tal que, na opinião do gestor de projecto, qualquer taxa ou preço contido no contrato para qualquer item de trabalho seja, em virtude dessa alteração, tornada desrazoável, o gestor do projecto fixará a taxa ou o preço que considere razoável e adequado às circunstâncias;
- Quando uma alteração for exigida por incumprimento ou quebra de contrato pelo contratante, qualquer custo adicional atribuível a essa alteração será suportado pelo contratante.

22.8 Ao receber a ordem administrativa, o contratante deve realizar a alteração solicitada de acordo com os seguintes princípios:

- a) O contratante fica vinculado por estas condições gerais como se a alteração solicitada por ordem administrativa estivesse indicada no contrato.
- b) O contratante não deve atrasar a execução da ordem administrativa até que concessão de qualquer prorrogação de prazo para conclusão ou ajuste do preço total do contrato.
- c) Se a ordem administrativa preceder o ajustamento do preço total do contrato, o contratante manterá registos dos custos de realização da alteração e do tempo despendido para tal. Esses

registos devem estar disponíveis para inspeção pelo gestor do projecto em todos os momentos razoáveis.

22.9 A alteração da conta bancária será formalizada por meio de adenda. O contratante deve notificar a entidade adjudicadora de qualquer alteração da conta bancária, utilizando o formulário de identificação do Anexo V. A entidade adjudicatária tem o direito de se opor à alteração da conta bancária do contratante.

22.10 Mudança de circunstâncias

Sem prejuízo do disposto no artigo 175.o do Regulamento Financeiro, o contrato não pode ser alterado nem rescindido em caso de alteração das circunstâncias que torne a sua execução excessivamente onerosa para uma das partes. Cada parte assume o risco de tal mudança de circunstâncias e suas consequências financeiras para si.

ARTIGO 23. SUSPENSÃO

23.1 O contratante suspenderá, por ordem da autoridade contratante, a execução do contrato ou de qualquer parte dele durante o tempo ou os tempos e da forma que a autoridade contratante considerar necessário. A suspensão entra em vigor no dia em que o contratante recebe a encomenda ou numa data posterior quando a encomenda assim o prever.

23.2 A autoridade contratante pode suspender a execução do contrato ou qualquer parte dele em caso de força maior que afete a execução do contrato.

23.3 Suspensão em caso de presumível incumprimento de obrigações ou irregularidades ou fraude, ou no caso de o contratante ficar sujeito a medidas restritivas da UE adotadas ao abrigo do artigo 29.o do Tratado da União Europeia (TUE) ou do artigo 215.o do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE) que constituam um impedimento legal para a execução do contrato.

23.3bis A entidade adjudicante pode igualmente suspender o presente contrato em aplicação do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União.

23.4 O contrato pode ser suspenso a fim de verificar se ocorreu uma alegada violação de obrigações ou irregularidades ou fraude durante o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato ou se o contratante está sujeito a medidas restritivas da UE. Se estes não forem confirmados, a execução do contrato deve ser retomada o mais rapidamente possível.

23.5 Durante o período de suspensão, o contratante deve proteger e garantir os suprimentos afetados no armazém do contratante ou em outro lugar, contra qualquer deterioração, perda ou dano na medida do possível e conforme instruído pelo gerente de projeto, mesmo que os

fornecimentos tenham sido entregues no local de aceitação em conformidade com o contrato, mas a sua instalação tenha sido suspensa pelo gerente do projeto.

23.6 As despesas adicionais incorridas em conexão com tais medidas de proteção podem ser adicionadas ao preço total do contrato, a menos que:

- a) De outra forma prevista no contrato; ou
- b) essa suspensão for necessária em razão de alguma violação ou falta do contratante; ou
- c) Essa suspensão for necessária devido às condições climáticas normais no local de aceitação; ou
- d) essa suspensão for necessária para a segurança ou a execução adequada do contrato ou de qualquer parte dele, na medida em que tal necessidade não resulte de qualquer acto ou falta por parte do gestor do projecto ou da autoridade contratante; ou
- e) A alegada violação de obrigações ou irregularidades ou fraude mencionadas no artigo 23.o, n.o 2 são confirmadas e imputáveis ao contratante.

23.7 O contratante só terá direito a esses acréscimos ao preço total do contrato se notificar o gerente de projeto, no prazo de 30 dias após o recebimento da ordem para suspender o contrato, de sua intenção de reivindicá-los.

23.8 A autoridade contratante, após consulta ao contratante, determinará os acréscimos ao preço total do contrato e/ou a extensão do prazo de execução a conceder ao contratante em relação a tal reclamação que, na opinião da autoridade contratante, ser justo e razoável.

23.9 A entidade adjudicante ordenará, o mais rapidamente possível, ao contratante que retome o contrato suspenso ou informará o contratante de que encerra o contrato. Se o período de suspensão for superior a 180 dias e a suspensão não se dever ao incumprimento ou inadimplência do contratante, este poderá, mediante notificação à autoridade contratante, solicitar que prossiga com o contrato no prazo de 30 dias, ou rescindir o contrato. A autoridade contratante não tem direito a compensação pela suspensão de qualquer parte do contrato, em caso de força maior.

MATERIAIS E ACABAMENTO

ARTIGO 24. QUALIDADE DOS FORNECIMENTOS

24.1 Os fornecimentos devem satisfazer em todos os aspectos as especificações técnicas estabelecidas no contrato e conformar-se em todos os aspectos com os desenhos, levantamentos, modelos, amostras, padrões e outros requisitos do contrato, que deve ser mantido à disposição da autoridade contratante ou do gestor de projecto para efeitos de identificação durante todo o período de execução.

24.2 Qualquer aceitação técnica preliminar estipulada nas condições especiais será objeto de um pedido enviado pelo contratante ao gerente do projeto. O pedido deve indicar a referência ao contrato, especificar os materiais, itens e amostras apresentados para tal aceitação de acordo com o contrato e indicar o número do lote e o local onde a aceitação será realizada, conforme apropriado. Os materiais, itens e amostras especificados no pedido devem ser certificados pelo gerente do projeto como atendendo aos requisitos para tal aceitação antes de sua incorporação nos suprimentos.

24.3 Mesmo que os materiais ou itens a serem incorporados nos fornecimentos ou no fabrico de componentes a serem fornecidos tenham sido tecnicamente aceitos desta forma, eles ainda podem ser rejeitados se um exame adicional revelar defeitos ou falhas, caso em que devem ser imediatamente substituídos pelo contratante. O contratante pode ter a oportunidade de reparar e fazer bons materiais e itens que foram rejeitados, mas tais materiais e itens serão aceitos para incorporação nos fornecimentos somente se eles tiverem sido reparados e feitos para a satisfação do gerente do projeto.

ARTIGO 25. INSPEÇÃO E ENSAIO

25.1 O contratante deve garantir que os fornecimentos são entregues no local de aceitação a tempo para permitir que o gerente do projeto proceda com a aceitação dos fornecimentos. Considera-se que o contratante apreciou plenamente as dificuldades que pode encontrar a este respeito, e não lhe será permitido apresentar qualquer motivo para atraso no cumprimento das suas obrigações.

25.2 O gerente de projeto terá o direito de inspecionar, medir e testar os componentes, materiais e acabamento, e verificar o progresso da preparação, fabricação ou manufatura de qualquer coisa que esteja sendo preparada, fabricada ou fabricada para entrega sob o contrato, para determinar se os componentes, materiais e acabamento são de qualidade e quantidade exigidas. Este deve ter lugar no local de fabrico, fabricação, preparação ou no local de aceitação ou em outros locais que possam ser especificados nas condições especiais.

25.3 Para efeitos de tais ensaios e inspeções, o contratante deve:

- a) fornecer ao gerente do projeto, temporariamente e gratuitamente, com tal assistência, amostras de teste ou peças, máquinas, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, materiais, desenhos e dados de produção normalmente necessários para inspeção e testes;
- b) acordar, com o gerente do projeto, a hora e o local dos testes;
- c) Dar acesso ao gestor do projecto em todos os momentos razoáveis para o local onde os testes devem ser realizados.

25.4 Se o gerente de projeto não estiver presente na data acordada para os testes, o contratante pode, a menos que instruído de outra forma pelo gerente de projeto, prosseguir com os testes, que serão considerados como tendo sido feitos na presença do gerente de

projeto. O contratante deve enviar imediatamente cópias devidamente certificadas dos resultados do teste para o gerente de projeto, que, se ele não compareceu ao teste, será vinculado pelos resultados do teste.

25.5 Quando os componentes e materiais tiverem passado nos testes acima mencionados, o gerente de projeto deve notificar o contratante ou endossar o certificado do contratante para esse efeito.

25.6 Se o gerente de projeto e o contratante discordarem sobre os resultados do teste, cada um deve dar uma declaração de seus pontos de vista para o outro no prazo de 15 dias após a ocorrência desse desacordo. O gerente de projeto ou o contratante pode exigir que tais testes sejam repetidos nos mesmos termos e condições ou, se uma das partes assim o solicitar, por um perito escolhido de comum acordo. Todos os relatórios de ensaio devem ser apresentados ao gestor do projecto, que comunicará sem demora os resultados destes ensaios ao contratante. Os resultados do novo teste devem ser conclusivos. O custo do novo teste deve ser suportado por a parte cujos pontos de vista são provados errados pelo retest.

25.7 No exercício das suas funções, o gestor do projecto e qualquer pessoa por ele autorizada não devem divulgar a pessoas não autorizadas informações relativas aos métodos de fabrico e funcionamento da empresa obtidos através de inspeções e ensaios. Pagamentos

ARTIGO 26. PRINCÍPIOS GERAIS

26.1 Os pagamentos serão feitos em euros ou moeda nacional conforme especificado nas condições especiais. As condições especiais determinam as condições administrativas ou técnicas que regem os pagamentos de pré-financiamento e os pagamentos finais efectuados em conformidade com as condições gerais.

26.2 Os pagamentos serão feitos para a conta bancária mencionada no artigo 4 das condições principais. Qualquer alteração da conta bancária deve ser feita de acordo com o artigo 22.9 destas condições gerais.

26.3 O pagamento do pré-financiamento deve ser efetuado no prazo de 30 dias a contar da data em que uma fatura admissível é registada pela autoridade contratante ou, se não for exigida qualquer fatura, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato assinado por ambas as partes.

26.4 A fatura deve conter os dados de identificação do contratante, o valor, a moeda e a data, bem como a referência do contrato. A fatura deve indicar o local de tributação do contratante para efeitos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e deve especificar separadamente a base tributável por taxa ou isenção, a taxa de IVA aplicada e o montante de IVA a pagar. A fatura não é admissível se um ou mais requisitos essenciais não forem cumpridos.

26.5 Quando a entidade adjudicante for a Comissão Europeia, fica isenta de todos os impostos e direitos, incluindo o IVA, nos termos dos artigos 3.o e 4.o do Protocolo n.o 7 do

Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo aos privilégios e imunidades da União Europeia e do artigo 151.o, §1 da Directiva 2006/112/CE. Como referido no anexo V, o contratante deve cumprir as formalidades necessárias junto das autoridades competentes para garantir que os fornecimentos e serviços necessários à execução do contrato estão isentos de impostos e direitos, incluindo o IVA.

26.6 O pagamento final deve ser feito no prazo de 60 dias a contar da data em que uma fatura é registrada pela autoridade contratante, juntamente com o pedido de aceitação provisória nos termos do artigo 31.2 e, se aplicável, instruções do Anexo V-IVA indicando as partes dos membros do grupo para efeitos de IVA. A data do pagamento é a data em que a conta de pagamento é debitada.

26.7 Quando a fatura é enviada à autoridade contratante por e-mail, a data de recebimento deve ser considerada como a data em que a fatura é registrada após o recebimento na caixa de correio funcional da autoridade contratante. A caixa de correio funcional na qual as faturas devem ser enviadas, deve ser fornecida no contrato.

26.8 O prazo referido no artigo 26.3 pode ser suspenso mediante notificação ao contratante de que a fatura não pode ser cumprida porque o montante não é devido, porque não foram fornecidos documentos justificativos adequados ou porque há provas de que as despesas podem não ser elegíveis. Neste último caso, pode ser efectuada uma inspeção no local para efeitos de novos controlos. O contratante deve fornecer esclarecimentos, modificações ou informações adicionais no prazo de 30 dias a contar do pedido. O prazo de pagamento continuará a correr a partir da data na qual é registrada uma fatura devidamente emitida.

26.9 Os pagamentos serão feitos da seguinte forma:

a) 40% do preço total do contrato após a assinatura do mesmo, contra prestação da garantia de desempenho e de uma garantia de pré-financiamento para o montante integral do pagamento do pré-financiamento, salvo disposição em contrário das condições especiais. A garantia de pré-financiamento deve ser prestada à autoridade contratante segundo o procedimento previsto para a garantia de execução nos termos do artigo 11.o, n.o 3-5, e em conformidade com o modelo anexo ao contrato. A garantia de pré-financiamento deve permanecer válida até 30 dias, o mais tardar, após a aceitação provisória das mercadorias. Quando o contratante for uma entidade pública, a obrigação de garantia do pré-financiamento pode ser dispensada em função de uma avaliação dos riscos;

b) 60% do preço total do contrato, como pagamento do saldo, após a receção pela entidade adjudicadora de uma fatura e do pedido de certificado de aceitação provisória e, se for caso disso, das instruções do Anexo V-IVA indicando as quotas dos membros do grupo para efeitos de IVA;

26.10 Se apenas uma parte dos fornecimentos tiver sido entregue, o pagamento de 60% devido após a aceitação provisória parcial será calculado sobre o valor dos fornecimentos que foram realmente aceites e a garantia será liberada em conformidade.

26.11 Para fornecimentos não cobertos por um período de garantia, os pagamentos listados acima serão agregados. As condições a que estão sujeitos os pagamentos de pré-financiamento e os pagamentos finais são as estabelecidas nas condições especiais.

26.12 As obrigações de pagamento da Comissão Europeia ao abrigo do presente contrato cessam no máximo 18 meses após o final do período de execução das tarefas, a menos que o contrato seja rescindido em conformidade com estas condições gerais.

26.13 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o contrato será a preços fixos, que não serão revisados.

26.14 O contratante compromete-se a reembolsar quaisquer montantes pagos em excesso do montante final devido à autoridade contratante ou à Comissão Europeia antes do prazo indicado na nota de débito, que é de 45 dias a contar da emissão dessa nota. Se o contratante não efetuar o reembolso no prazo acima mencionado, a autoridade contratante ou a Comissão Europeia pode (a menos que o contratante seja um departamento governamental ou organismo público de um Estado-Membro da UE União) aumentar os montantes devidos adicionando juros:

- à taxa de redesconto aplicada pelo banco central do país da autoridade contratante, se os pagamentos forem efetuados na moeda desse país;
- à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, série C, nos casos em que os pagamentos são efetuados em euros, no primeiro dia do mês em que o prazo expirou, acrescido de oito pontos percentuais. Os juros de mora incidem sobre o período compreendido entre a data do prazo de pagamento e a data em que o pagamento é efectivamente efectuado. Os eventuais pagamentos parciais devem cobrir em primeiro lugar os juros assim apurados.

Os montantes a reembolsar à entidade adjudicante ou à Comissão Europeia podem ser compensados com montantes de qualquer natureza devidos ao contratante. Tal não afeta o direito das partes de concordarem sobre o pagamento em prestações. Os encargos bancários decorrentes do reembolso dos montantes devidos ao poder adjudicador são integralmente suportados pelo contratante.

Sem prejuízo da prerrogativa do poder adjudicador, se necessário, a União Europeia pode, na qualidade de doadora, proceder ela própria à recuperação por qualquer meio.

26.15 Se o contrato for rescindido por qualquer motivo, a garantia que garante o pré-financiamento pode ser invocada imediatamente para reembolsar o saldo do pré-financiamento ainda devido pelo contratante, e o fiador não deve atrasar o pagamento ou levantar objeção por qualquer razão.

26.16 Antes ou em vez de rescindir o contrato nos termos do artigo 36.o, a autoridade contratante ou a Comissão Europeia podem suspender os pagamentos como medida cautelar sem aviso prévio.

26.17 Se o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato tiverem sido objecto de violação de obrigações, irregularidades ou fraudes imputáveis ao contratante, a entidade adjudicante pode, além da possibilidade de suspender a execução do contrato em conformidade com o artigo 23.o, n.o 2, e de rescindir o contrato nos termos do artigo 36.o, suspender os pagamentos e/ou recuperar os montantes já pagos, proporcionalmente à gravidade do incumprimento de obrigações, das irregularidades ou da fraude. Para além das medidas acima referidas, a entidade adjudicante pode reduzir o valor do contrato proporcionalmente à gravidade das irregularidades, da fraude ou da violação de obrigações, inclusive quando as actividades em causa não tenham sido executadas ou tenham sido executadas de forma deficiente, parcial ou tardia. As medidas descritas no presente número podem igualmente ser adotadas pela Comissão Europeia em cumprimento das suas competências administrativas nos termos do Regulamento Financeiro (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de julho de 2018, JO-L 193/30.07.2018, p.1).

26.13 bis A autoridade contratante pode suspender os pagamentos em aplicação do Regulamento (UE, Euratom) 2020/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União.

ARTIGO 27. PAGAMENTO A TERCEIROS

27.1 As ordens de pagamento a terceiros só podem ser executadas após uma cessão feita em conformidade com o artigo 5. A cessão será notificada à autoridade contratante.

27.2 A notificação dos beneficiários da atribuição será de exclusiva responsabilidade do contratante.

27.3 No caso de uma penhora juridicamente vinculativa dos bens do contratante que afecte os pagamentos a ele devidos ao abrigo do contrato, e sem prejuízo do prazo previsto no artigo 26.o, a entidade adjudicante dispõe de 30 dias, a partir do dia em que receba a notificação da supressão definitiva do obstáculo ao pagamento, retomar os pagamentos ao contratante.

ARTIGO 28. PAGAMENTOS ATRASADOS

28.1 A entidade adjudicante ou a Comissão Europeia pagará ao contratante os montantes devidos nos termos do artigo 26.o, n.o 3.

28.2 Uma vez expirado o prazo referido no artigo 26.3, o contratante - a menos que o contratante é um departamento governamental ou organismo público em Estado-membro da

União Europeia- deve, dentro de dois meses após o recebimento do pagamento tardio, receber juros de mora:

- pela taxa de redesconto aplicada pelo banco central do país parceiro, se os pagamentos forem efetuados na moeda desse país ;

- à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

no primeiro dia do mês em que o prazo expirou, acrescido de oito pontos percentuais. Os juros são devidos pelo tempo decorrido entre o termo do prazo de pagamento e a data em que a conta da entidade adjudicante é debitada. Todavia, quando os juros calculados nos termos do primeiro parágrafo forem inferiores ou iguais a 200 EUR, só serão pagos ao credor mediante pedido apresentado no prazo de dois meses a contar da receção tardia do pagamento.

28.3 Qualquer atraso de pagamento superior a 90 dias a contar do termo do prazo previsto no artigo 26.o, n.o 3 dará direito ao contratante de não executar o contrato ou de o rescindir, nos termos do artigo 37.o.

ACEITAÇÃO E MANUTENÇÃO

ARTIGO 29. ENTREGA

29.1 O contratante deve entregar os fornecimentos de acordo com as condições do contrato. Os fornecimentos serão por conta e risco do contratante até à sua aceitação final.

29.2 O Contratante deverá providenciar a embalagem dos fornecimentos conforme necessário para evitar que sejam danificados ou deteriorados em trânsito até ao destino indicado no contrato. A embalagem deve ser suficiente para suportar, sem limitações, manuseamento brusco, exposição a temperaturas extremas, sal e precipitação durante o transporte e armazenamento aberto. O tamanho e peso da embalagem devem ter em conta, se for caso disso, a distância do destino final dos fornecimentos e a possível ausência de instalações de manuseamento pesado em todos os pontos de trânsito.

29.3 A embalagem, a marcação e a documentação dentro e fora das embalagens devem cumprir os requisitos expressamente previstos nas condições especiais, sem prejuízo de quaisquer alterações subsequentes ordenadas pelo gestor do projeto ou pela autoridade contratante.

29.4 Nenhum fornecimento deve ser enviado ou entregue ao local de aceitação até que o contratante tenha recebido uma ordem de entrega do gerente de projeto. O contratante é responsável pela entrega no local de aceitação de todos os fornecimentos e equipamentos do fornecedor necessários para efeitos do contrato.

29.5 Cada entrega deve ser acompanhada de uma declaração elaborada pelo contratante. Esta declaração será conforme especificado nas condições especiais.

29.6 Cada embalagem deve ser claramente marcada de acordo com as condições especiais.

29.7 A entrega será considerada feita quando houver prova escrita disponível para ambas as partes de que a entrega dos suprimentos ocorreu de acordo com os termos do contrato, e a fatura(s) e toda a outra documentação especificada nas condições especiais, tenham sido apresentadas à entidade adjudicante. Quando os fornecimentos forem entregues a um estabelecimento da autoridade contratante, esta última assumirá a responsabilidade de depositante, em conformidade com as exigências da lei aplicável ao contrato, durante o período que decorre entre a entrega para armazenamento e a aceitação.

ARTIGO 30. OPERAÇÕES DE VERIFICAÇÃO

30.1 Os fornecimentos não serão aceitos até que as verificações e testes prescritos tenham sido realizados às custas do contratante. As verificações e testes podem ser realizados antes da expedição, no ponto de entrega e/ou no destino final das mercadorias.

30.2 O gerente de projeto deve, durante o progresso da entrega dos suprimentos e antes que os suprimentos sejam tomados, ter o poder de encomendar ou decidir:

- a) A retirada do local de aceitação, dentro do prazo ou prazos especificados na encomenda, de quaisquer fornecimentos que, no parecer do gestor do projecto, não estejam em conformidade com o contrato;
- b) Sua substituição por suprimentos adequados e adequados;
- c) a remoção e reinstalação adequada, não obstante qualquer teste prévio do mesmo ou de qualquer instalação que, no que diz respeito aos materiais, obra ou design pelos quais o contratante é responsável, não seja, na opinião do gerente do projeto, em conformidade com o contrato;
- d) Que qualquer trabalho realizado ou bens fornecidos ou materiais utilizados pelo contratante são ou não estão em conformidade com o contrato, ou que os fornecimentos ou qualquer parte deles não cumprem as exigências do contrato.

30.3 O contratante deve, com toda a rapidez e às suas próprias custas, reparar os defeitos assim especificados. Se o contratante não cumprir tal ordem, a autoridade contratante tem o direito de empregar outras pessoas para executar as encomendas e todas as despesas daí decorrentes ou incidentais devem ser deduzidas pela autoridade contratante de quaisquer montantes devidos ou que possam tornar-se devidos ao contratante.

30.4 Os fornecimentos que não são da qualidade exigida serão rejeitados. Uma marca especial pode ser aplicada aos fornecimentos rejeitados. Isso não deve ser de forma a alterá-los ou afetar o seu valor comercial. Os fornecimentos rejeitados devem ser retirados pelo

contratante do local de aceitação, se o gerente de projeto assim o exigir, dentro de um período que o gerente de projeto deve especificar, caso contrário, eles serão removidos por direito próprio às custas e riscos do contratante. Todas as obras que incorporem materiais rejeitados serão rejeitadas.

30.5 As disposições do artigo 30 não afetarão o direito da autoridade contratante de reclamar nos termos do artigo 21, nem libertarão de forma alguma o contratante de qualquer garantia ou outras obrigações decorrentes do contrato.

ARTIGO 31. ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

31.1 Os fornecimentos serão tomados a cargo pela autoridade contratante quando tiverem sido entregues de acordo com o contrato, terem superado satisfatoriamente os testes exigidos ou terem sido encomendados, conforme o caso, e tenha sido emitido ou seja considerado emitido um certificado de aceitação provisória.

31.2 O contratante pode solicitar, mediante notificação ao gerente do projeto, um certificado de aceitação provisória quando os fornecimentos estiverem prontos para a aceitação provisória. O gestor do projecto deve, no prazo de 30 dias a contar da recepção da candidatura do contratante:

- emitir o certificado de aceitação provisória para o contratante com uma cópia para a Autoridade contratante, indicando, se for caso disso, as suas reservas e, nomeadamente, a data em que, na sua opinião, os fornecimentos foram concluídos de acordo com o contrato e prontos para aceitação provisória; ou
- rejeitar o pedido, indicando os seus motivos e especificando a acção que, na sua opinião, é necessária do contratante para a emissão do certificado.

O prazo da entidade adjudicante para a emissão do certificado de aceitação provisória ao contratante é considerado incluído no prazo de pagamento indicado no artigo 26.o, n.o 3, salvo indicação em contrário nas condições especiais.

31.3 Se circunstâncias excepcionais impossibilitarem a aceitação dos fornecimentos durante o período fixado para a aceitação provisória ou final, uma declaração certificando tal impossibilidade será elaborada pelo gerente de projeto após consulta, sempre que possível, com o contratante. O certificado de aceitação ou de rejeição deve ser emitido no prazo de 30 dias a contar da data em que essa impossibilidade deixa de existir. O contratante não deve invocar estas circunstâncias a fim de evitar a obrigação de apresentar os fornecimentos em um estado adequado para a aceitação.

31.4 Se o gerente de projeto não emitir o certificado de aceitação provisória ou rejeitar os fornecimentos dentro do prazo de 30 dias, ele será considerado como tendo emitido o certificado no último dia desse período, exceto quando o certificado de aceitação provisória for considerado como um certificado de aceitação final. Neste caso, o artigo 34.2 abaixo não

se aplica. Se os fornecimentos forem divididos pelo contrato em lotes, o contratante tem o direito de solicitar certificados separados para cada um dos lotes.

31.5 Em caso de entrega parcial, a autoridade contratante reserva-se o direito de dar aceitação provisória parcial.

31.6 Após a aceitação provisória dos fornecimentos, o contratante deve desmontar e remover estruturas temporárias, bem como materiais que já não sejam necessários para uso em conexão com a execução do contrato. Deve também remover qualquer entulho ou obstrução e corrigir qualquer alteração nas condições do local de aceitação, conforme exigido pelo contrato.

31.7 Imediatamente após a aceitação provisória, o poder adjudicador pode fazer uso de todos os fornecimentos entregues.

ARTIGO 32. OBRIGAÇÕES DE GARANTIA

32.1 O contratante garante que os fornecimentos são novos, não utilizados, dos modelos mais recentes e incorporam todas as melhorias recentes no design e materiais, salvo disposição em contrário no contrato. O contratante garante ainda que todos os fornecimentos não terão defeitos decorrentes do projeto, materiais ou mão de obra, exceto na medida em que o design ou os materiais são exigidos pelas especificações, ou por qualquer ato ou omissão, que possa desenvolver-se na utilização dos fornecimentos nas condições existentes no país da autoridade contratante.

32.2 O contratante será responsável por reparar qualquer defeito ou dano a qualquer parte dos fornecimentos que possa aparecer ou ocorrer durante o período de garantia e que:

a) resulta da utilização de materiais defeituosos, trabalho ou design defeituoso do contratante; e/ou

b) resulta de qualquer ato ou omissão do contratante durante o período de garantia; e/ou

c) apareça no decurso de uma inspeção efectuada pela autoridade contratante ou em seu nome.

32.3 O contratante deve, por sua conta e risco, reparar o defeito ou dano assim que possível. O período de garantia para todos os itens substituídos ou reparados deve recomençar a partir da data em que a substituição ou reparação foi feita a satisfação do gerente de projeto. Se o contrato prever a aceitação parcial, o período de garantia será estendido apenas para a parte dos fornecimentos afetados pela substituição ou reparação.

32.4 Se algum defeito ou dano ocorrer durante o período de garantia, a autoridade contratante ou o gerente de projeto deve notificar o contratante. Se o contratante não corrigir um defeito ou dano dentro do prazo estipulado na notificação, a autoridade contratante pode:

a) Reparar o defeito ou os danos em si, ou empregar outra pessoa para executar as tarefas por conta e risco do contratante; nesse caso, os custos incorridos pela entidade adjudicante serão deduzidos dos montantes devidos ou das garantias detidas contra o contratante ou de ambos; ou

b) rescindir o contrato.

32.5 Em caso de emergência, quando o contratante não pode ser alcançado imediatamente ou, tendo sido alcançado, é incapaz de tomar as medidas necessárias, a autoridade contratante ou o gerente do projeto pode ter as tarefas realizadas às custas do contratante. A entidade adjudicante ou o gestor do projecto deve, logo que possível, informar o contratante das medidas tomadas.

32.6 As obrigações de garantia devem ser estipuladas nas condições especiais e especificações técnicas.

32.7 Salvo disposição em contrário nas condições especiais, a duração do período de garantia será de 365 dias. O período de garantia tem início na data da aceitação provisória e pode recomeçar nos termos do artigo 32.3.

ARTIGO 33. SERVIÇO PÓS-VENDA

33.1 Um serviço pós-venda, se exigido pelo contrato, será fornecido de acordo com os detalhes estipulados nas condições especiais. O contratante compromete-se a efetuar ou mandar efectuar a manutenção e reparação dos fornecimentos e a fornecer um rápido fornecimento de peças sobressalentes.

As condições especiais podem especificar que o contratante deve fornecer alguns ou todos os seguintes materiais, notificações e documentos relativos a peças de reposição fabricadas ou distribuídas pelo contratante:

a) As peças sobressalentes que a autoridade contratante possa optar por adquirir ao empreiteiro, entendendo-se que esta escolha não libertará o empreiteiro de qualquer obrigação de garantia no âmbito do contrato;

b) em caso de cessação da produção das peças sobressalentes, notificação prévia ao poder adjudicador para que este possa adquirir as peças necessárias e,

terminação, fornecimento sem custos para a autoridade contratante dos projetos, desenhos e especificações das peças sobressalentes, se e quando solicitado.

ARTIGO 34. ACEITAÇÃO FINAL

34.1 Ao expirar o período de garantia, ou quando houver mais do que um desses períodos, no final do último período, e quando todos os defeitos ou danos tiverem sido corrigidos, o gerente de projeto deve emitir ao contratante um certificado de aceitação final e uma cópia

dele para a autoridade contratante, indicando a data em que o contratante cumpriu as suas obrigações ao abrigo do contrato, para satisfação do gestor de projecto. O certificado de aceitação final será emitido pelo gestor do projeto no prazo de 30 dias após a expiração do período de garantia ou assim que quaisquer reparações encomendadas nos termos do artigo 32.o tenham sido concluídas de forma satisfatória para o gestor do projeto.

34.2 O contrato não será considerado como tendo sido executado na íntegra até que o certificado de aceitação final tenha sido assinado ou seja considerado como tendo sido assinado pelo gerente do projeto.

34.3 Não obstante a emissão do certificado de aceitação final, o contratante e a entidade adjudicante continuam a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação decorrente do contrato anterior à emissão do certificado de aceitação final que não tenha sido cumprida no momento da emissão desse certificado. A natureza e extensão de tal obrigação será determinada por referência às disposições do contrato.

QUEBRA DE CONTRATO E RESCISÃO

ARTIGO 35. VIOLAÇÃO DO CONTRATO

35.1 Qualquer das partes cometerá uma quebra de contrato se não cumprir suas obrigações de acordo com as disposições do contrato.

35.2 Quando ocorre uma violação do contrato, a parte lesada pela violação tem direito aos seguintes recursos: a) danos; e/ou b) rescisão do contrato.

35.3 Os danos podem ser:

a) danos gerais; ou

b) Indemnização por perdas e danos.

35.4 Se o contratante não cumprir qualquer das suas obrigações de acordo com as disposições do contrato, a autoridade contratante ou a Comissão Europeia tem direito, sem prejuízo do seu direito ao abrigo do artigo 35.2, também aos seguintes recursos:

a) Suspensão de pagamentos; e/ou

b) redução do preço ou recuperação dos pagamentos em proporção à extensão da falha. Pode ser imposta uma redução de preço, juntamente com a indemnização por atraso na entrega, nas condições previstas no artigo 21.

A redução de preço aplica-se, em particular, aos casos em que o poder adjudicador não pode aprovar um documento ou entregar um certificado de conformidade para o fornecimento

definido no contrato após o contratante ter apresentado as informações adicionais necessárias, correção ou novo fornecimento.

A redução de preço é calculada em proporção direta à diferença, no momento da assinatura do contrato, entre o valor das obrigações não cumpridas ou entrega de baixa qualidade e o valor do fornecimento acordado.

A entidade adjudicante deve notificar formalmente o contratante da sua intenção de reduzir o preço e o montante calculado correspondente. O contratante tem 30 dias a contar da data de receção para apresentar as suas observações. Caso contrário, a decisão torna-se executória no dia seguinte ao termo do prazo para apresentação de observações. Se o contratante apresentar observações, a entidade adjudicante, tendo em conta as observações pertinentes, deve notificar o contratante (a) da retirada de sua intenção de reduzir o preço; ou (b) da sua decisão final de reduzir o preço e o montante correspondente.

Qualquer redução de preço não afeta a responsabilidade do contratante ou os direitos da autoridade contratante ao abrigo do artigo 36.o por danos que a redução de preço não cobriria ou qualquer outro direito ou recurso que a autoridade contratante possa ter no âmbito do contrato.

35.5 Se o contratante ficar sujeito a medidas restritivas da UE adotadas nos termos do artigo 29.o do Tratado da União Europeia (TUE) ou do artigo 215.o do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE), que constituam um impedimento jurídico à execução do contrato, a autoridade contratante ou a Comissão Europeia não prejudica o seu direito ao abrigo do artigo 35.2, também com direito à suspensão de pagamentos.

35.6 Se a entidade adjudicante tiver direito a indemnização, pode deduzir essa indemnização dos montantes devidos ao contratante ou invocar a garantia adequada.

ARTIGO 36. RESCISÃO POR PARTE DA AUTORIDADE CONTRATANTE

36.1 A autoridade contratante pode, a qualquer momento e com efeito imediato, sujeito ao artigo 36.9, rescindir o contrato, exceto nos casos previstos no artigo 36.2.

36.2 Sob reserva de qualquer outra disposição das presentes condições gerais, a entidade adjudicante pode, mediante um pré-aviso de sete dias ao contratante, rescindir o contrato em qualquer dos seguintes casos:

- a) o contratante está em grave quebra de contrato por não executar seu contrato obrigações;
- b) o contratante não cumpra dentro de um prazo razoável a notificação dada pelo gerente do projeto exigindo-lhe para compensar a negligência ou falha no cumprimento de suas obrigações sob o contrato que afeta seriamente a execução adequada e oportuna das tarefas;

c) O contratante se recusa ou negligencia qualquer ordem administrativa dada pelo gerente do projeto;

d) O contratante atribui o contrato ou subcontratos sem autorização da entidade adjudicante;

e) o contratante está falido, sujeito a processos de insolvência ou liquidação, tem os seus bens administrados por um liquidatário ou pelos tribunais, entrou em acordo com os credores, suspendeu as suas actividades comerciais, ou se encontre numa situação análoga decorrente de um procedimento semelhante previsto na legislação ou nos regulamentos nacionais;

f) Qualquer modificação organizacional que implique uma mudança na personalidade jurídica, natureza ou controlo do contratante, a menos que tal alteração seja registada numa adenda ao contrato;

g) ocorrer qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;

h) O contratante não fornecer as garantias ou seguros exigidos, ou a pessoa que fornece a garantia ou seguro anterior não estiver em condições de cumprir os seus compromissos;

i) o contratante tenha cometido uma falta profissional grave comprovada por qualquer meio que a entidade adjudicante possa justificar ou esteja sujeito a medidas restritivas da UE adotadas nos termos do artigo 29.o do Tratado da União Europeia (TUE) ou do artigo 215.o do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE) que constituem um impedimento jurídico à execução do contrato;

j) Tenha sido provado, por decisão judicial ou administrativa definitiva, ou pela prova de que a entidade adjudicante dispõe, que o contratante foi culpado de fraude, corrupção, envolvimento numa organização criminosa, lavagem de dinheiro ou terrorismo financiamento, delitos relacionados com o terrorismo, trabalho infantil ou outras formas de tráfico de seres humanos contornar obrigações fiscais, sociais ou outras obrigações legais aplicáveis, inclusive através da criação de uma entidade para esse fim;

k) o contratante, na execução de outro contrato financiado pelo orçamento da UE/fundos do FED, foi declarado em grave incumprimento de contrato, que tenha levado à sua cessação antecipada ou à aplicação de indemnizações por perdas e danos ou outras penalidades contratuais ou que tenha sido descoberta na sequência de verificações, auditorias ou investigações da Comissão Europeia, da entidade adjudicante, O OLAF, a EPPO ou o Tribunal de Contas ou se tenha oposto resistência a uma investigação, verificação ou auditoria;

l) Após a adjudicação do contrato, o procedimento de adjudicação ou a execução do mesmo comprovem ter sido objecto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraude;

m) o procedimento de adjudicação ou a execução de outro contrato financiado pela UE os fundos do orçamento/FED provam ter sido objecto de incumprimento de obrigações, irregularidades ou fraudes susceptíveis de afectar a execução do presente contrato;

- n) O contratante não cumprir a sua obrigação nos termos dos artigos 9.o-A e 9.o-B;
- o) O contratante não cumpre a sua obrigação nos termos do artigo 10.o;
- p) o contratante viola as obrigações de proteção de dados decorrentes do artigo 44.o das presentes condições gerais.
- q) É aplicável o Regulamento (UE, Euratom) 2020/2092 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo a um regime geral de condicionalidade para a proteção do orçamento da União.
- r) Se for manifesto que, numa data posterior e antes de tal violação entrar em vigor, o contratante falhará materialmente na execução do contrato de acordo com os documentos da licitação ou violará materialmente outra obrigação contratual, a menos que o contratante forneça à entidade adjudicante garantias suficientes do seu desempenho futuro.

36.3 Os casos de rescisão previstos nos pontos (e), (i), (j), (k), (l), (m) e (n) podem referir-se também a pessoas que sejam membros do órgão de administração, gestão ou fiscalização do contratante e/ou a pessoas com poderes de representação, decisão ou controlo em relação ao contratante.

36.4 Os casos de rescisão previstos nos pontos (a), (e), (f), (g), (i), (j), (k), (l), (m) e (n) podem referir-se também às pessoas solidariamente responsáveis pela execução do contrato.

36.5 Os casos dos pontos (e), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (p), (q) e (r) podem referir-se também a subcontratados.

36.6 A rescisão não prejudicará quaisquer outros direitos ou poderes previstos no contrato da autoridade contratante e do contratante. A entidade adjudicante pode, posteriormente, celebrar qualquer outro contrato com um terceiro, por conta do contratante. A entidade adjudicante notificará formalmente o contratante da sua decisão de substituir o contratante e dos motivos dessa substituição. Tal substituição não afeta a responsabilidade do contratante e é sem prejuízo dos outros direitos e recursos da autoridade contratante, incluindo mas não limitado ao seu direito de reclamar danos nos termos do artigo 35.o que a substituição não cobriria.

36.7 A responsabilidade do contratante em caso de atraso na conclusão cessa imediatamente quando a entidade adjudicadora rescinda o contrato, sem prejuízo de qualquer responsabilidade que possa já ter surgido.

36.8 Após a rescisão do contrato ou quando tiver recebido uma notificação, o contratante deve tomar medidas imediatas para concluir a execução das tarefas de forma rápida e ordenada e reduzir as despesas ao mínimo.

36.9 O gerente de projeto deve, logo que possível após a rescisão, certificar o valor dos fornecimentos e todos os valores devidos ao contratante na data da rescisão.

36.10 Em caso de rescisão, o gerente do projeto deve, logo que possível e na presença do contratante ou seus representantes ou tendo devidamente convocado, Elaborar um relatório sobre os fornecimentos entregues e a instalação ou instalação acidental realizada e fazer um inventário dos materiais fornecidos e não utilizados. Deve igualmente ser elaborada uma declaração dos montantes devidos ao contratante e dos montantes devidos pelo contratante à entidade adjudicante na data da cessação do contrato.

36.11 A autoridade contratante ou a Comissão Europeia não serão obrigadas a efetuar quaisquer outros pagamentos ao contratante até à conclusão dos fornecimentos. Após a conclusão dos fornecimentos, a entidade adjudicante ou a Comissão Europeia devem recuperar do contratante os eventuais custos adicionais de fornecimento dos fornecimentos, ou pagar qualquer saldo ainda devido ao contratante.

36.12 Se a autoridade contratante rescindir o contrato nos termos do artigo 36.2, deverá, além dos custos adicionais para o cumprimento do contrato e sem prejuízo de seus outros recursos no âmbito do contrato, ter o direito de recuperar do contratante qualquer perda que tenha sofrido até ao valor da entrega, salvo disposição em contrário nas condições especiais.

36.13 Quando a rescisão não for devida a um ato ou omissão do contratante, força maior ou outras circunstâncias fora do controle da autoridade contratante, o contratante terá direito a reclamar, além de quantias devidas a ele pelo trabalho já realizado, uma indenização por perdas sofridas.

36.14 Este contrato será automaticamente rescindido se não tiver dado lugar a qualquer pagamento nos dois anos seguintes à sua assinatura por ambas as partes.

ARTIGO 37. RESCISÃO PELO CONTRATANTE

37.1 O contratante pode, mediante um pré-aviso de 14 dias à entidade adjudicante, rescindir o contrato se esta:

- não pagar ao contratante os montantes devidos ao abrigo de qualquer certificado emitido pelo gestor do projecto após o termo do prazo previsto no artigo 28.3; ou
- falhe consistentemente em cumprir suas obrigações após repetidos lembretes; ou
- suspende a entrega dos fornecimentos, ou qualquer parte deles, por mais de 180 dias, por razões não especificadas no contrato ou não atribuíveis à violação ou ao incumprimento do contratante.

37.2 Tal rescisão não prejudicará quaisquer outros direitos da autoridade contratante ou do contratante adquiridos no âmbito do contrato. 37.3 No caso de tal rescisão, a autoridade contratante pagará ao contratante por qualquer perda ou dano que o contratante possa ter sofrido.

ARTIGO 38. FORÇA MAIOR

38.1 Nenhuma das partes será considerada em falta ou em violação das suas obrigações decorrentes do contrato se a execução dessas obrigações for impedida por quaisquer circunstâncias de força maior que surjam após a data da notificação da adjudicação ou da data em que o contrato entra em vigor.

38.2 O termo força maior, tal como aqui utilizado, abrange quaisquer eventos imprevisíveis, não sob o controle de qualquer das partes e que pelo exercício da devida diligência nenhuma das partes é capaz de superar tais como atos de Deus, greves, bloqueios ou outros distúrbios industriais, atos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurgências, motins, epidemias, deslizamentos de terra, terremotos, tempestades, relâmpagos, inundações, desertos, distúrbios civis, explosões. A decisão da União Europeia de suspender a cooperação com o país parceiro é considerada um caso de força maior quando implica a suspensão do financiamento deste contrato.

38.3 Força maior suspende a execução do contrato conforme previsto no artigo 23 ou leva à rescisão do contrato conforme previsto no artigo 36. Não obstante o disposto nos artigos 21.o e 36.o, o contratante não será responsável pela perda da sua garantia de desempenho, pelos danos liquidados ou pela rescisão por inadimplência se e na medida em que seu atraso na execução ou outra falha no cumprimento de suas obrigações sob o contrato é resultado de um evento de força maior. A autoridade contratante não será igualmente responsável, sem prejuízo das disposições dos artigos 28.o e 37.o, pelo pagamento de juros sobre pagamentos atrasados, pela não execução ou pela rescisão por incumprimento do empreiteiro se, e na medida em que, o atraso ou outra inobservância das obrigações da entidade adjudicante seja resultado de força maior.

38.4 Se uma das partes considerar que ocorreram circunstâncias de força maior que podem afetar o cumprimento de suas obrigações, deverá notificar prontamente a outra parte e o gerente do projeto, dando detalhes da natureza, duração provável e efeito provável das circunstâncias. Salvo indicação em contrário por escrito do gerente de projeto, o contratante deve continuar a cumprir suas obrigações sob o contrato, na medida do possível, e deve procurar todos os meios alternativos razoáveis para o cumprimento das suas obrigações que não sejam impedidos pelo evento de força maior. O contratante não deve pôr em prática meios alternativos a menos que ordenado para fazê-lo pelo gerente do projeto.

38.5 Se o contratante incorrer em custos adicionais para cumprir as instruções do gerente de projeto ou usar meios alternativos nos termos do artigo 38.4, o valor deve ser certificado pelo gerente de projeto.

38.6 Se circunstâncias de força maior tiverem ocorrido e continuarem por um período de 180 dias, então, não obstante qualquer prorrogação do prazo para conclusão do contrato que o contratante possa ter sido concedido em razão disso, Qualquer das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante aviso prévio de 30 dias. Se, no final do prazo de 30 dias, a

situação de força maior persistir, o contrato será rescindido e, em consequência disso, nos termos da lei que rege o contrato, as partes serão liberadas da execução do contrato.

ARTIGO 39. MORTE

39.1 Quando o contratante for uma pessoa física, o contrato será automaticamente rescindido se essa pessoa falecer. No entanto, a entidade adjudicante examinará qualquer proposta apresentada pelos herdeiros ou beneficiários se estes tiverem notificado a sua intenção de continuar o contrato.

39.2 Quando o contratante for constituído por várias pessoas singulares e uma ou mais delas falecerem, será acordado entre as partes um relatório sobre a evolução do contrato, e a autoridade contratante decide rescindir ou continuar o contrato em conformidade com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, conforme o caso.

39.3 Nos casos previstos nos artigos 39.1 e 39.2, as pessoas que se ofereçam para continuar a executar o contrato devem notificar a autoridade contratante no prazo de 15 dias a contar da data do falecimento. A decisão da entidade adjudicante deve ser notificada aos interessados no prazo de 30 dias a contar da recepção da proposta.

39.4 Essas pessoas serão solidariamente responsáveis pela boa execução do contrato na mesma medida que o contratante falecido. A continuação do contrato está sujeita às regras relativas ao estabelecimento de qualquer garantia prevista no contrato.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEI APLICÁVEL

ARTIGO 40. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

40.1 As partes envidarão todos os esforços para resolver amigavelmente qualquer litígio relativo ao contrato que possa surgir entre elas.

40.2 Uma vez que uma disputa tenha surgido, uma parte deve notificar a outra parte da disputa, indicando sua posição sobre a disputa e solicitando uma solução amigável. A outra parte responderá a este pedido de solução amigável no prazo de 30 dias, indicando a sua posição sobre o litígio. Salvo acordo em contrário entre as partes, o prazo máximo para chegar a uma solução amigável é de 120 dias a contar da data da notificação que solicita tal procedimento. Se uma das partes não concordar com o pedido de solução amigável da outra parte, se uma das partes não responder a tempo a esse pedido ou se não for alcançada uma solução amigável dentro do prazo máximo, considera-se que o procedimento de resolução amigável falhou.

40.3 Na ausência de uma solução amigável, uma parte pode notificar a outra parte solicitando uma solução por meio de conciliação por um terceiro. Se a Comissão Europeia não for parte

no contrato, pode aceitar intervir como conciliadora. A outra parte responderá ao pedido de conciliação no prazo de 30 dias. Salvo acordo em contrário das partes, o prazo máximo para chegar a uma solução conciliatória é de 120 dias a contar da notificação que solicita tal procedimento. Se uma das partes não concordar com o pedido de conciliação da outra parte, se uma das partes não responder a tempo a esse pedido ou se não for alcançado um acordo dentro do prazo máximo, considera-se que o procedimento de conciliação falhou.

40.4 Se o procedimento de solução amigável e, se solicitado, o procedimento de conciliação falharem, cada parte pode submeter a disputa à decisão de uma jurisdição nacional ou à arbitragem, conforme especificado nas condições especiais.

ARTIGO 41. LEI APLICÁVEL

41.1 Este contrato será regido pela lei do país da autoridade contratante ou, quando a autoridade contratante for a Comissão Europeia, pela lei aplicável da União Europeia complementada, se necessário, pela lei da Bélgica.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 42. DECISÕES ADMINISTRATIVAS

42.1 Sem prejuízo da aplicação de outros recursos previstos no contrato, pode ser adotada uma decisão de exclusão de todos os contratos e subvenções financiados pela UE, após um procedimento contraditório em conformidade com o Regulamento Financeiro aplicável,

a) seja culpado de falta profissional grave, tenha cometido irregularidades ou tenha demonstrado deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações na execução do contrato ou tenha contornado obrigações fiscais, sociais ou quaisquer outras aplicáveis, incluindo através da criação de uma entidade para este fim. A duração da exclusão não deve exceder a duração fixada por sentença ou decisão administrativa definitiva ou, na sua ausência, três anos;

b) seja culpado de fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, lavagem de dinheiro, crimes relacionados com o terrorismo, trabalho infantil ou tráfico de seres humanos ou tenha resistido a uma investigação, verificação ou auditoria. A duração da exclusão não deve exceder a duração fixada por sentença ou decisão administrativa definitiva ou, na sua ausência, cinco anos;

42.2 Nas situações mencionadas no artigo 42.1, além ou em alternativa à decisão de exclusão, o contratante também pode ser sujeito a penalidades financeiras até 10% do preço total do contrato.

42.3 Se a entidade adjudicadora tiver o direito de impor sanções pecuniárias, pode deduzir essas sanções pecuniárias dos montantes devidos ao contratante ou recorrer à garantia adequada.

42.4 A decisão de impor essas decisões administrativas pode ser publicada em um site da Internet dedicado, nomeando explicitamente o contratante.

ARTIGO 43. VERIFICAÇÕES, CONTROLOS E AUDITORIAS POR ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

43.1 O contratante deve permitir que a Comissão Europeia, o Serviço Europeu de Luta contra a Fraude, a Procuradoria Europeia e o Tribunal de Contas Europeu verifiquem, examinando os documentos e fazendo cópias dos mesmos ou por meio de verificações no local, incluindo verificações de documentos (original ou cópias), a execução do contrato. Para a realização dessas verificações e auditorias, os organismos da UE acima mencionados devem ser autorizados a realizar uma auditoria completa, se necessário, com base nos documentos comprovativos das contas, dos documentos contabilísticos e de qualquer outro documento relevante para o financiamento do projecto. O contratante deve garantir que os acessos no local estejam disponíveis em todos os momentos razoáveis, nomeadamente os escritórios do contratante, aos seus dados informáticos, aos seus dados contabilísticos e a todas as informações necessárias à realização das auditorias, incluindo informações sobre os salários individuais das pessoas envolvidas no projecto. O contratante deve garantir que as informações estejam prontamente disponíveis no momento da auditoria e, se assim for solicitado, que os dados sejam entregues em uma forma adequada. Estas inspeções podem ter lugar até cinco anos após o pagamento final.

43.2 Além disso, o contratante deve permitir a Serviço Europeu para a Luta contra a Fraude: proceder às verificações e verificações no local, em conformidade com os procedimentos previstos na legislação da União Europeia relativa à proteção dos interesses financeiros da União Europeia contra a fraude e outras irregularidades.

43.3 Para este efeito, o contratante compromete-se a dar acesso adequado aos funcionários ou agentes da Comissão Europeia, do Serviço Europeu de Luta contra a Fraude, da Procuradoria Europeia e do Tribunal de Contas Europeu às instalações e locais em que o contrato é executado, incluindo os seus sistemas de informação, bem como todos os documentos e bases de dados relativos à gestão técnica e financeira do projeto e tomar todas as medidas para facilitar o seu trabalho. Acesso concedido a agentes da Comissão Europeia, Agência Europeia para a Luta contra a Fraude O Gabinete, a Procuradoria Europeia e o Tribunal de Contas são sujeitos à confidencialidade em relação a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitos. Os documentos devem ser facilmente acessíveis e arquivados de modo a facilitar o seu exame e o contratante deve informar a autoridade contratante da sua localização precisa.

43.4 O contratante garante que os direitos da Comissão Europeia, do Instituto Europeu de Combate à Fraude, da Procuradoria Europeia e do Tribunal de Contas Europeu para realizar auditorias, verificações e verificações serão igualmente aplicáveis, nas mesmas condições e em conformidade com as regras estabelecidas no presente artigo, a qualquer subcontratante ou a qualquer outra parte beneficiária de fundos do orçamento da UE/FED.

43.5 O não cumprimento das obrigações previstas nos artigos 43.1 a 43.4 constitui um caso de violação grave do contrato.

ARTIGO 44. PROTEÇÃO DE DADOS

44.1 Tratamento de dados pessoais pela autoridade contratante

Todos os dados pessoais incluídos ou relacionados com o contrato, incluindo a sua execução, serão tratados em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725. Tais dados serão tratados exclusivamente para efeitos de execução, gestão e acompanhamento do contrato pelo responsável pelo tratamento.

O contratante ou qualquer outra pessoa cujos dados pessoais sejam processados pelo controlador de dados em relação a este contrato tem direitos específicos como titular dos dados nos termos do Capítulo III (artigos 14.o a 25.o) do Regulamento (UE) 2018/1725, nomeadamente o direito de acesso, retificar ou apagar os seus dados pessoais e o direito de restringir o tratamento dos seus dados pessoais ou, quando aplicável, o direito de se opor ao tratamento ou o direito à portabilidade dos dados.

Se o contratante ou qualquer outra pessoa cujos dados pessoais são processados em relação a este contrato tiver alguma dúvida sobre o processamento de seus dados pessoais, deve se dirigir ao controlador de dados. Podem igualmente dirigir-se ao responsável pela proteção de dados do responsável pelo tratamento. Têm o direito de apresentar uma reclamação a qualquer momento junto da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

Os detalhes relativos ao tratamento de dados pessoais estão disponíveis no aviso de proteção de dados referido nas condições especiais.

44.2 Processamento de dados pessoais pelo contratante

O processamento de dados pessoais pelo contratante deve atender aos requisitos das condições gerais e ser processado exclusivamente para os fins estabelecidos pelo controlador.

O contratante auxiliará o responsável pelo tratamento no cumprimento da sua obrigação de responder aos pedidos de exercício dos direitos das pessoas cujos dados pessoais são tratados em relação ao presente contrato, tal como previsto no Capítulo III (artigos 14.o a 25.o) do Regulamento (UE) 2018/1725. O contratante informará sem demora o responsável pelo tratamento de tais pedidos.

O contratante só pode agir de acordo com instruções escritas documentadas e sob a supervisão do controlador, em particular no que diz respeito às finalidades do tratamento, as categorias de dados que podem ser tratados, os destinatários dos dados e os meios pelos quais o titular pode exercer os seus direitos.

O contratante deve conceder ao pessoal acesso aos dados na medida estritamente necessária para a execução, gestão e acompanhamento do contrato. O contratante deve garantir que o pessoal autorizado a processar dados pessoais se comprometeu com a confidencialidade ou está sujeito à obrigação legal de confidencialidade adequada, em conformidade com as disposições do artigo 9.7 destas condições gerais.

O contratante adotará medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas, tendo em devida consideração os riscos inerentes ao processamento e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do processamento, a fim de garantir, em particular, conforme apropriado:

- a) Pseudonimização e encriptação de dados pessoais;
- b) a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência contínuas dos sistemas e serviços de processamento;
- c) a capacidade de restaurar a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais em tempo útil no caso de um incidente físico ou técnico;
- d) um processo para testar, avaliar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas destinadas a garantir a segurança do tratamento;
- e) medidas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso aos dados pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma.

O contratante deve notificar as violações de dados pessoais relevantes ao controlador sem demora injustificada e, o mais tardar, no prazo de 48 horas após o contratante tomar conhecimento da violação. Em tais casos, o contratante deve fornecer ao responsável pelo tratamento, pelo menos, as seguintes informações:

- a) A natureza da violação de dados pessoais, incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares dos dados em causa e as categorias e número de registos de dados pessoais em causa;
- b) As prováveis consequências da violação;
- c) Medidas tomadas ou propostas para resolver a violação, incluindo, se for caso disso, medidas para atenuar os seus possíveis efeitos adversos. O contratante deve informar imediatamente o controlador de dados se, em sua opinião, uma instrução viola o Regulamento (UE) 2018/1725, Regulamento (UE) 2016/679, ou outras disposições aplicáveis da União ou de um Estado-Membro ou de um país terceiro em matéria de proteção de dados,

conforme referido nas especificações do concurso. O contratante auxiliará o responsável pelo tratamento no cumprimento das suas obrigações nos termos dos artigos 33 a 41 do Regulamento (UE) 2018/1725:

- a) assegurar o cumprimento das suas obrigações em matéria de proteção de dados no que diz respeito à segurança do tratamento e confidencialidade das comunicações electrónicas e directórios de utilizadores;
- b) notificar a violação de dados pessoais à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados;
- c) comunicar uma violação de dados pessoais sem atrasos indevidos ao titular dos dados, se for caso disso;
- d) proceder, se necessário, a avaliações do impacto da proteção de dados e a consultas prévias.

O contratante manterá um registro de todas as operações de processamento de dados realizadas em nome do controlador, transferências de dados pessoais, Violações de segurança, respostas aos pedidos de exercício dos direitos das pessoas cujos dados pessoais são tratados e pedidos de acesso a dados pessoais por terceiros.

A autoridade contratante está sujeita ao Protocolo n.º 7 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo aos privilégios e imunidades da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à inviolabilidade dos arquivos (incluindo a localização física dos dados e serviços) e segurança dos dados, que inclui os dados pessoais mantidos em nome da autoridade contratante nas instalações do contratante ou subcontratante.

O contratante deve notificar sem demora a entidade adjudicadora de qualquer pedido juridicamente vinculativo de divulgação dos dados pessoais tratados em nome da entidade adjudicatária feito por qualquer autoridade pública nacional, incluindo uma autoridade de um país terceiro. O contratante não pode conceder esse acesso sem autorização prévia por escrito da entidade adjudicante.

A duração do tratamento de dados pessoais pelo contratante não excederá o período referido no artigo 9.10 das presentes condições gerais. No final deste período, o contratante deve, à escolha do responsável pelo tratamento, devolver, sem qualquer atraso indevido num formato acordado de comum acordo, todos os dados pessoais tratados em nome do responsável pelo tratamento e as respetivas cópias ou apagam efetivamente todos os dados pessoais, a menos que a legislação da União ou nacional exija um armazenamento mais prolongado dos dados pessoais.

Para efeitos do artigo 6 destas condições gerais, se parte ou a totalidade do tratamento de dados pessoais for subcontratado a um terceiro, o contratante transmitirá por escrito as obrigações referidas no presente artigo a essas partes, incluindo os subcontratantes. A pedido

da entidade adjudicante, o contratante deve fornecer um documento comprovativo deste compromisso.